



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM
PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

MARCIO JEAN CAVALCANTE DE LIMA

POLÍTICAS CULTURAIS PARA LITERATURA DE CORDEL NA
BAHIA: FOMENTO E FINANCIAMENTO

SALVADOR

2018

MARCIO JEAN CAVALCANTE DE LIMA

**POLÍTICAS CULTURAIS PARA LITERATURA DE CORDEL NA
BAHIA: FOMENTO E FINANCIAMENTO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Comunicação com Habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, da Faculdade de Comunicação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Produção em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof^a. Dr. José Roberto Severino

SALVADOR

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pelas oportunidades e ao dom da vida. Agradeço também ao meu anjo da guarda que sempre me acompanha em todos os momentos.

Aos meus pais, Magnólia e Moizés, por todo amor, incentivo, compreensão e compaixão. Ao mesmo tempo distantes, se fizeram presentes intensamente.

Agradeço a minha irmã Mirlla, que sempre esteve ao meu lado, superando cada desafio, comemorando cada vitória e me abraçando forte sempre que foi preciso. Afinal, se não fosse por ela, talvez eu não tivesse chegado até aqui. Obrigado também à minha adorável irmã Mylena por todo amor, carinho e vibrações positivas que foram fundamentais para mim.

Agradeço aos meus amigos, aos antigos e aos novos que ganhei aqui em Salvador, amigos de Juazeiro e Petrolina, da Facom, do estágio e os amigos que Deus colocou na minha vida. Sou grato a vocês pela compreensão, companheirismo, palavras de força e motivação para que eu seguisse em frente com a jornada do meu curso.

Agradeço aos professores que me ensinaram muito durante esses quatro anos da faculdade, em especial ao meu orientador, professor José Roberto Severino pelas conversas e sugestões que com toda certeza contribuíram com o aprimoramento e construção deste trabalho.

Agradeço a meu amigo poeta cordelista e repentista Valdir Lemos, que sempre se pôs à disposição para me ajudar durante o período que me dediquei a este trabalho.

Agradeço aos entrevistados Ana Lúcia Fonseca, João Vanderlei, Sandro Magalhães, Carol Almeida, Ramon Paranhos, Cristina Sá, Simone Pinho, Taís Viscardi, Ilton Candido e Nana Carvalho que me atenderam com muita cordialidade e gentileza durante as conversas sobre políticas culturais, as quais contribuíram para este trabalho.

*Poeta sonha acordado
Cria, compara e descreve
Faz transporte da emoção
Penetra aonde não deve
Descobre mensagem oculta
Quando retorna ele descreve
Bule-Bule*

RESUMO

A literatura de cordel é um campo de conhecimento bastante estudado na grande área de Letras, contudo ainda é pouco explorado sob a perspectiva de políticas culturais destinadas ao fomento e financiamento. Os estudos sobre políticas culturais referentes à estes dispositivos ainda são um campo de investigação relativamente novo, e portanto ainda em construção. Este trabalho busca abordar as políticas culturais na perspectiva do fomento e financiamento cultural da literatura de cordel no Estado da Bahia, através de levantamento bibliográfico, abordagem qualitativa, por meio de entrevistas com pessoas ligadas ao setor e a apresentação de dados obtidos de pesquisa online intitulada Práticas Culturais para Literatura de Cordel com o mapeamento dos agentes culturais que permitiu um diagnóstico acerca da territorialidade das políticas culturais na Bahia. Foi feito um breve histórico da literatura popular apresentando a origem, conceitos e elementos característicos. Nesta monografia ainda será discutido o histórico das políticas culturais brasileira e baiana, destacando as três tristes tradições (RUBIM, 2013); mecanismos de financiamento, participação social na construção em processos deliberativos e as políticas culturais que atingem a literatura de cordel, através de editais com recursos públicos, fomento cultural para políticas voltadas para livro e leitura, formação e qualificação de agentes culturais e economia criativa, fomento aos Pontos de Cultura, políticas de preservação e memória e políticas destinadas ao setor de culturas populares na Bahia. Por fim, conclui-se neste trabalho a necessidade do fomento e financiamento à literatura popular através de mecanismos menos burocráticos e mais acessíveis.

Palavras-chave: Políticas Culturais. Fomento. Financiamento. Literatura de Cordel. Literatura Popular.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Demandas para literatura de cordel	62
Quadro 2	Municípios de atuação dos agentes culturais.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCL - Academia Brasileira de Literatura de Cordel
CEC - Conselho Estadual de Cultura
CCPI - Centro de Culturas Populares e Identitárias
CDPELL - Conselho Deliberativo do Plano Estadual do Livro e Leitura
CERLALC - Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe
CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
DCC - Diretoria de Cidadania Cultural
DEC - Diretoria de Espaços Culturais
DIRART - Diretoria das Artes
DLL - Diretoria do Livro e Leitura
DTC - Diretoria de Territorialização da Cultura
ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
FAZCULTURA - Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural
FCBA - Fundo de Cultura do Estado da Bahia
FCEBA* - Fundação Cultural do Estado da Bahia
FLICA - Feira Literária Internacional de Cachoeira
FPC - Fundação Pedro Calmon
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MINC - Ministério da Cultura
OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos
ONG - Organização não governamental
OS - Organização Social
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PELL-BA - Plano Estadual do Livro e Leitura do Estado da Bahia
PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura
REDA - Regime Especial de Direito Administrativo
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT - Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

SEFAZ - Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

SIIC - Sistema de Informações e Indicadores em Cultura

SUDECULT - Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura

SUPROCULT - Superintendência de Promoção Cultural

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

* Antiga sigla da Fundação Cultural do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2.TRAJETÓRIA DA LITERATURA DE CORDEL	12
3. POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL E NA BAHIA	18
3.1 Políticas Culturais no Estado da Bahia	21
3.2 Institucionalidade da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia	24
3.3 Formação em cultura.....	29
3.4 Participação social na construção de políticas culturais	31
3.5 Modalidades de financiamento	33
4. POLÍTICAS CULTURAIS PARA A LITERATURA DE CORDEL NA BAHIA	37
4.1 Histórico das políticas culturais para literatura de cordel na Bahia	40
4.2 Acervo da literatura popular em verso	43
4.3 Fomento e financiamento à literatura de cordel	45
4.4 Políticas culturais para o livro e leitura.....	50
4.5 Políticas de formação e economia criativa	53
4.6 Pontos de Cultura	55
4.7 O cordel e a cultura popular.....	58
4.8 Participação social na construção de políticas culturais para à literatura de cordel	61
4.9 Mapeamento das Práticas Culturais da Literatura de Cordel	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE A – Questionário Práticas Culturais para Literatura de Cordel	75
APÊNDICE B – Questionário Práticas Culturais para Literatura de Cordel	77
APÊNDICE C – Questionário Práticas Culturais para Literatura de Cordel	79
APÊNDICE D – Questionário Práticas Culturais para Literatura de Cordel	80
APÊNDICE E – Mapeamento do Cordel na Bahia	83

1. INTRODUÇÃO

A literatura de cordel é uma manifestação artística e cultural constituída de duas produções: a literária que são os versos em rima e a xilogravura que são as ilustrações na capa dos folhetos. Dentro do segmento das artes, o cordel está relacionado com a literatura e com a cultura popular. O cordel se caracteriza pela sua originalidade, que nasce com a tradição oral até evoluir a escrita. A arte de contar histórias, causos, acontecimentos políticos, fenômenos naturais e sociais, histórias religiosas, notícias, informações, assim como entreter o seu leitor e ouvinte tornou esse gênero tão peculiar e único na cultura popular nordestina.

Sua origem é divergente no âmbito da historiografia (GALVÃO, 2000), mas há um consenso de que essa tradição surgiu na Europa e chegou ao Brasil trazido pelos colonizadores portugueses no século XVI e XVII. Na Inglaterra era chamado de *chapbook*, ou *balada*, na França de literatura de *colportage* (mascate), na Espanha de *pliego suelto* e em Portugal de *literatura de cordel* ou *folhas volantes* (MEYER, 1980, apud GALVÃO, 2000).

Geralmente é denominado de folheto quando de 8 páginas e de romance, quando de 16, 32 ou 40 páginas. Também é conhecido como “livrinho de feira”, “folhinhas”, “livrinhos”, “histórias de João Grilo”, “literatura de bolso” entre outros para citar alguns (GALVÃO, 2000).

O cordel é bastante difundido em diversas esferas sociais e plataformas digitais, como no audiovisual e na internet, além do formato tradicional, o folheto impresso. Contemporaneamente, a literatura popular vem se consolidando na internet, mas sem perder a sua essência. A literatura de cordel está em constante atualização, e se adequando aos novos ambientes virtuais e reais, mas sem perder a originalidade do fazer poético nos versos e rimas.

A xilogravura é uma técnica de origem chinesa que consiste em um desenho feito em madeira, deixando um relevo na parte onde se pretende fixar o desenho. No cordel essa técnica é usada em grande parte dos folhetos e é um dos elementos visuais que mais caracterizam a literatura de cordel. O desenho que se encontra na capa do folheto apresenta ilustrações das histórias que se seguem nas páginas do cordel e abrem o imaginário do leitor. Alguns autores são os próprios xilógrafos dos

seus folhetos, dentre eles o cordelista e também xilógrafo J. Borges¹ (José Francisco Borges) que é das figuras nordestinas mais conhecidas na arte da xilogravura, o pernambucano possui obras que já foram expostas em vários países.

Por outro lado, o cordel possui diversos gêneros que podem ser identificados no seu conteúdo, como por exemplo, o gênero jornalístico, ou seja, folhetos noticiosos. Historicamente o cordel foi o único meio de informação do sertanejo e do povo nordestino, sobretudo na década de 1930 a 1950 (GALVÃO, 2000). Os folhetos noticiosos surgiram devido à precariedade na logística das notícias, nesse período o rádio e a TV ainda estavam sendo difundidos pelo interior do Brasil e a mídia impressa por vezes tornava-se um meio de informação caro e não acessível.

A comercialização dos folhetos era realizada em feiras populares pelos próprios autores ou viajantes. As obras eram expostas em cordões ou barbante, daí o surgimento do nome cordel. A venda dos folhetos destaca-se pelos preços baixos, e acessibilidade a diversos públicos.

Outro elemento é a sua estrutura rimada que auxilia na memorização e no canto, e ao fato do cordel ser feito não somente com objetivo de ser somente lido, mas também ouvido. A relevância do cordel se dá também ao seu papel educativo, sendo este um instrumento de alfabetização para muitas pessoas e ferramenta pedagógica para o ensino de diversas disciplinas nas escolas.

Neste trabalho acadêmico será recorrente o uso dos termos cordel, folhetos, literatura popular e literatura popular em verso, para se referir ao objeto de estudo que esta monografia se destina: a literatura de cordel.

O recorte será no fomento cultural e as políticas culturais do cordel no estado da Bahia, em especial nos últimos 10 anos, buscando-se entender como são acionadas as políticas culturais que atingem a literatura popular, sendo através de financiamento à projetos culturais, políticas para o livro e leitura, atividades de formação e capacitação à cordelistas e produtores culturais, apoios institucionais do poder público e a participação da sociedade civil na construção de políticas para literatura de cordel.

¹ J. Borges nasceu em Bezerros, em 20 de dezembro de 1935. Seu primeiro folheto é de 1964: O encontro de dois vaqueiros no Sertão de Petrolina, porém nesta obra ainda não havia sido ele o xilógrafo do próprio cordel. Somente no ano seguinte incentivado pelo amigo Olegário Fernandes, resolve fazer a capa dos próprios folhetos. Na década de 70, uma exposição de J. Borges percorreu 20 países. Em 2002 figurou o calendário da ONU, com a gravura A vida na floresta. (Fonte: Portal Cultura – PE. Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/imaterial/patrimonios-vivos/j-borges/>>. Acesso em 19 de mar 2018).

Este trabalho foi construído com base em levantamento bibliográfico, abordagem qualitativa (através de entrevistas com pessoas ligadas ao setor) e uma pesquisa online destinada aos agentes culturais que possuem práticas culturais com a literatura de cordel. A maior parte do referencial teórico foi encontrado na internet, através de pesquisas com as seguintes palavras-chave: políticas culturais, fomento, financiamento cultural, literatura de cordel. O levantamento bibliográfico ocorreu também a partir de buscas em anais do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult) e do Seminário Internacional de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, textos e artigos da Coleção Cult, em especial ao livro Financiamento e Fomento à Cultura no Brasil: estados e Distrito Federal, bibliografia da Coleção Cultura é o quê? e da Coleção Políticas e Gestão Culturais da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, além de dados referentes às políticas culturais no estado da Bahia, extraídos de relatórios da Secult e da Funceb.

O segundo capítulo inicia-se com conceitos abordando o que é a literatura popular em verso, apresentando referenciais teóricos a respeito dos elementos característicos mais marcantes do cordel. Entram nessa discussão a origem do cordel, elementos textuais (versos e rimas), elementos visuais (ilustrações e xilogravura) e os gêneros da literatura popular, com destaque para o folheto noticioso.

No terceiro capítulo abordamos as políticas culturais no Brasil e na Bahia, apresentado o histórico das políticas culturais brasileira com atenção maior no Estado da Bahia. Como base teórica principal para esta discussão abordamos as políticas culturais, destacando as ferramentas e os agentes culturais implicados na superação das três tristes tradições: ausências, autoritarismos e instabilidades, conceitos trazidos pelo professor Antonio Albino Canelas Rubim. Também foram abordados os aspectos da política cultural referente ao fomento e mecanismos de financiamento da cultura no Estado da Bahia, sobre essa linha de pesquisa é importante assinalar que os estudos realizados no campo do fomento e financiamento cultural ainda são relativamente novos, e portanto um campo em construção de conhecimento científico. As autoras Fabiana Guimarães e Raiany Silva (2017) corroboram com essa afirmativa, de acordo com as autoras “os estudos sobre fomento e financiamento à cultura no Brasil são escassos e pulverizados em diversas áreas do conhecimento” (GUIMARÃES; SILVA, p. 64, 2017). Neste capítulo foram discutidos também as políticas na promoção da participação social nos

processos deliberativos e democráticos e posteriormente será apresentado a estrutura da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, a fim de compreender a institucionalidade da secretaria.

O quarto capítulo tratamos especificamente das políticas culturais que atingem a literatura de cordel. A construção deste capítulo se deu a partir de entrevistas realizada com gestores dos órgãos da Secretaria de Cultura da Bahia, sendo eles a Fundação Cultural do Estado da Bahia na Coordenação de Literatura, Escritório Bahia Criativa #incubadora, Diretoria de Cidadania Cultural - Secult (Pontos de Cultura), Fundação Pedro Calmon, Centro de Culturas Populares e Identitárias, Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (SUDECULT), Núcleo de Memória das Artes da Funceb e na Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT).

Foi realizado também um questionário através da ferramenta de pesquisa online entre os dias 16 de abril de 2018 à 16 de maio de 2018, a fim de coletar dados e informações que pudessem corroborar com a construção do presente trabalho acadêmico. O questionário com o título de Práticas Culturais para Literatura de Cordel foi enviado por e-mail, aplicativos de mensagem (Whatsapp e Instagram) e compartilhado nas redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram). O público alvo prioritariamente foram poetas cordelistas, produtores culturais, pesquisadores, escritores, professores e pessoas que tivessem o cordel como uma prática cultural, buscou-se ainda mapear o circuito das políticas culturais focadas na literatura de cordel no Estado da Bahia.

Por fim, foram discutidos as contribuições deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e alguns resultados obtidos com as investigações bibliográficas e da pesquisa, bem como as limitações da proposta metodológica que foi realizada para compor este trabalho acadêmico.

2. TRAJETÓRIA DA LITERATURA DE CORDEL

Esta breve trajetória visa tão somente circunscrever aspectos da literatura de cordel, como os usos relacionados aos folhetos e as possíveis políticas culturais na promoção, incentivo financeiro e ações de fomento ao cordel. A presença da literatura popular em verso² pode ser identificada pela sua posição de mediação como aponta o professor de História Paulo Teixeira Lumatti do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB-USP

É sua posição de mediação, o fato dele não ser um modelo imposto "de cima". Ele está no meio do caminho entre a cultura letrada e a não letrada, entre o erudito e o popular, entre o rural e o urbano. Ele faz esta mediação, levando poesia para todas as classes sociais. Ele também é importante por ter múltiplas funções. Ele dissemina modelos de comportamento, dá acesso a informações, compartilha experiências. Durante muito tempo ele fica muito entranhado no cotidiano de uma grande parte da população dos estados do Norte e do Nordeste do Brasil, funcionando como um verdadeiro meio de se obter informação, conhecimento e manter vivas histórias e tradições. (5 RESPOSTAS..., 2011).

No Dicionário Brasileiro de Literatura de Cordel (2005) encontramos a seguinte definição para a literatura popular em verso: o termo cordel foi atribuído pelo pesquisador Raymond Cantel, para designar os folhetos da literatura popular, vendidos em feiras populares pendurados em pequenas cordas, cordinhas e cordões. O nome literatura de cordel segundo afirmação de Luyten é um termo consagrado descendente de costumes espanhóis e portugueses

Essa poesia, entre nós, é conhecida como Literatura de Cordel. Isso porque havia o costume, na Espanha e Portugal, de se colocar os livretos sobre barbantes (cordéis) estendidos em feiras e lugares públicos, como roupa em varal. Há outros nomes para se indicar esse tipo de expressão popular, mas o termo literatura de cordel é hoje consagrado e ninguém, ligado à poesia popular, o desconhece. (LUYTEN, 1983, p. 10, apud ROSA, 2013, p. 16).

Entre os estudiosos não existe um consenso sobre a origem da literatura de cordel, embora se tenha maior concordância de que o cordel teve origem na Europa.

De acordo com o cordelista pernambucano Edimilson Santini (2008, s.p. apud ROSA, 2013, p.16), a origem da literatura de cordel é portuguesa. “Se origina exatamente das folhas soltas portuguesas. Foram os portugueses que trouxeram o cordel, em forma de cantigas de bemdizer e maldizer”.

² MATTOS, Edilene. **O imaginário na literatura de cordel**. Salvador: UFBA, Macunaíma, 1986.

No site da Academia Brasileira de Literatura de Cordel - ABLC³, entidade fundada em 7 de setembro de 1988 na cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de promover o intercâmbio cultural, social, artístico e literário e também responsável por reunir as mais variadas obras deste gênero literário, podemos encontrar o seguinte relato

Oriunda de Portugal, a literatura de cordel chegou no balaio e no coração dos nossos colonizadores, instalando-se na Bahia e mais precisamente em Salvador. Dali se irradiou para os demais estados do Nordeste. A pergunta que mais inquieta e intriga os nossos pesquisadores é “Por que exatamente no Nordeste?”. A resposta não está distante do raciocínio livre nem dos domínios da razão. Como é sabido, a primeira capital da nação foi Salvador, ponto de convergência natural de todas as culturas, permanecendo assim até 1763, quando foi transferida para o Rio de Janeiro. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LITERATURA DE CORDEL)

Os folhetos tornaram-se muito populares na região Nordeste e também no Norte, compreendemos aqui os fatores sociais como o surgimento do cangaço, a formação de uma sociedade patriarcal, períodos de secas, etc., que por vezes acabaram propiciando num ambiente favorável para poetas e cantadores populares registrarem os acontecimentos que faziam parte da suas realidades. O fato é que foi no Nordeste brasileiro onde houve maior aceitação e naturalização para este tipo de literatura.

A tradição oral é da história da humanidade. O hábito de contar histórias sempre fez parte dos costumes da cultura nordestina, Meyer relata que “As histórias eram veiculadas por cantadores ambulantes, que iam de fazenda em fazenda, de feira em feira, transmitindo notícias de um lugar para outro, aproximando as pessoas.” (MEYER, 1980, p. 7 apud ROSA, 2013, p. 18).

Segundo o autor Miguel Diégues Júnior:

No Nordeste (...), por condições sociais e culturais peculiares, foi possível o surgimento da literatura de cordel, de maneira como se tornou hoje em dia característica da própria fisionomia cultural da região. Fatores de formação social contribuíram para isso; a organização da sociedade patriarcal, o surgimento de manifestações messiânicas, o aparecimento de bandos de cangaceiros ou bandidos, as secas periódicas provocando desequilíbrios econômicos e sociais, as lutas de família deram oportunidade, entre outros fatores, para que se verificasse o surgimento de grupos de cantadores como instrumentos do pensamento coletivo, das manifestações da memória popular. (JÚNIOR, 1986, p.40 apud GALVÃO, 2000, p. 28).

Sobre a estrutura, o cordel é composto de versos definidos por rima e métrica, e a característica mais marcante é a oralidade, elemento essencial que dá vida ao

³ Academia Brasileira de Literatura de Cordel – ABLC conta com um corpo acadêmico composto de 40 cadeiras de membros efetivos. O acervo possui catalogado cerca de 13 mil títulos, muitos dos quais estão disponíveis para venda no próprio site da entidade.

folheto, sendo bastante utilizado por cantadores populares, conhecidos como repentistas.

No que se refere à forma, Câmara Cascudo (1988, apud GALVÃO, 2000, p. 31), ressalta que eram raros folhetos em prosa, as estruturas mais usadas eram as quadras ABCD, as sextilhas e décimas. As sextilhas são as estruturas mais aplicadas ao cordel, são estrofes de seis versos com sete sílabas em cada verso. Galvão (2000) destaca que a sextilha é a mais comum entre os cantadores é conhecida por ‘obra de seis pés’.

Há os versos que rimam na sextilha segue a forma de ABCBDB, sendo A, C e D rimas de quaisquer terminações e B uma rima determinada. (ROSA, 2013, p. 29).

De acordo com autora Márcia Abreu (1994, apud GALVÃO, 2000, p. 32), as formas básicas de ordenação e composição dos versos explicam porque que um público muitas vezes iletrado se identifica com a literatura popular em verso

Uma composição só será incorporada ao universo do cordel caso seja produzida em sextilhas setessilábicas com rimas ABCBDB. Aceitam se também as setilhas (ABCBDDB) e décimas (ABBAACDDC) setessilábicas ou decassilábicas, mas estas formas são menos comuns. Sabe-se que os versos são mais facilmente memorizáveis do que textos em prosa, especialmente se forem seguidas algumas regras de composição dos folhetos. (ABREU, 1994, apud GALVÃO, 2000, p. 32).

A literatura de cordel possui um fascinante recurso visual, que cumpre a função de dar pistas sobre que será tratado nas páginas seguintes do folheto, este recurso é uma técnica chamada de xilogravura. Ana Maria de Oliveira Galvão em sua tese de doutorado realiza uma análise sobre as características das gravuras na capa. De acordo com autora, a xilogravura é uma técnica tardia e nem sempre foi utilizado nos cordéis, em “meados dos anos 20, as capas, em sua maioria, eram ilustradas com vinhetas (que variavam de simples traços a desenhos rebuscados), utilizadas também como moldura ou como forma de separar os títulos dos poemas e outras informações” (GALVÃO, 2000, p. 95-96).

Citando Liêdo Souza, Ana Maria Galvão (2000) elucida que somente entre os anos 40 a técnica para confecção das gravuras das capas dos folhetos tornaram-se mais evidente, esse momento ocorre quando o cordel passou a ser consumido por turistas e intelectuais.

Apesar de parecer muito antiga e preferida dos poetas, para ilustrar as capas de folheto, a xilogravura ou gravura de madeira, hoje muito ‘badalada’ pelo público e por um comércio sofisticado de arte, nunca teve na realidade, em todo o período de sua história, o prestígio e a popularidade das chamadas gravuras de zinco, com desenhos rabiscados a lápis, de artistas

populares, cartões postais de amor, e fotografias de artistas de cinema. (SOUZA, 1981, p.15, apud GALVÃO, 2000).

A literatura popular em verso não possui um gênero literário específico, podendo estar presente em vários gêneros (cartas, jornais, notícias, propagandas, etc.), o cordel “abarca em si quase todos os gêneros literários (poesia, romance, tragédia, teatro) e outros produtos como profecias, calendários, receitas de bolo.” (JAHN, 2011, p.10). Por outro lado há uma predominância do gênero notícia presente em muitos folhetos, e são conhecidos como folhetos noticiosos.

Os folhetos eram o jornal do povo e cumpriam o papel social de anunciar. A notícia na literatura de cordel historicamente assumiu a missão de informar o cidadão nordestino, seu papel informativo tem como base o interesse público, ou seja, assuntos que sejam de relevância para sua comunidade.

A notícia é aquilo que o público precisa saber, um fato político, social, ou uma informação que interessa uma determinada comunidade, os folhetos noticiosos estão relacionados com a novidade, a relevância e o interesse público. “A notícia é um texto que informa o que está acontecendo, de modo claro, geralmente breve, com a preocupação de dizer a verdade.” (MESSERANI, 1975 apud JORGE, 2015, p. 23). Para Juvenal Portela (1976 apud JORGE, 2015, p. 22) “notícia é a comunicação de uma ocorrência que irá interessar à maioria dos membros de uma comunidade, ou é aquele fato cuja importância atinge a maior parte da coletividade.”

A literatura popular já foi a imprensa alternativa no passado. A relação do folheto com a notícia é de caráter circunstancial, a produção, coleta de informações, impressão, divulgação e venda dos folhetos fica a cargo do poeta-repórter⁴. O poeta possui a missão de transformar os fatos em notícias, notícias rimadas para serem de fácil memorização e entendimento para seu leitor, o autor ainda exprime nos folhetos suas visões e opiniões acerca do fato noticiado.

O poeta-repórter realiza poucas tiragens de exemplares, para não obter prejuízos já que os cordéis circunstanciais são temporários

os folhetos jornalísticos nascem em função de um acontecimento ou estado de espírito, para depois cair no esquecimento. Embora pujantes enquanto cumprem seu papel de informar ou formar os espíritos dos que a eles têm acesso, perdem rapidamente o interesse por processos de informação e veiculação das notícias. [...] Quanto aos folhetos de cunho jornalístico, o que

⁴ O autor Ernesto Kawall é considerado um dos pesquisadores pioneiros nos no que se refere aos aspectos jornalísticos nos folhetos. Para Kawall (1970) “Os cordelistas exercem uma função de poeta e de repórter retratando os acontecimentos regionais, nacionais ou internacionais nos cordéis circunstanciais.” (LUYTEN, 1992, p. 45 apud ROSA, 2013, p. 91).

se pode dizer é que vendem muito logo em seguida à publicação e depois deixam de ser adquiridos para dar lugar a outros, com informações mais novas. [...] Uma vez 'esfriado' o assunto, o folheto noticioso cai no esquecimento. E normalmente as tiragens de folhetos jornalísticos são de 1000 a 2000 exemplares. (LUYTEN, apud GALVÃO, 2000, p. 257).

Os cordéis são expressões comunicativas e frequentemente acionados como estratégias de informação, que até os dias de hoje possui o papel de informar o seu leitor e ouvinte. A forma lúdica com jogo de palavras, rimas e interpretação do poeta cordelista, converge a informação em poesia rimada, mas sem perder seu caráter essencial de relatar fatos importantes e relevantes ao seu leitor.

Contemporaneamente a literatura popular assume o papel fundamental para se alcançar diversas finalidades. O cordel é utilizado como estratégia de comunicação, de instrumento educacional, de perpetuação da cultura nordestina, assim como tornou-se ferramenta para tratar de assuntos diversos como política, biografias de cidades e personalidades, campanhas de conscientização, etc. sendo difundido em hospitais, no trânsito, nas escolas e universidades, na internet, nas redes sociais, na conversa informal, nas feiras literárias, entre outras.

É pertinente ainda reforçar essa nova era de ocupação dos espaços virtuais que a literatura de cordel vem assumindo. No artigo "Versos revestidos de lirismo no cordel do sertão da Bahia", a autora Telma Almeida Rebouças (2014) traz essa concepção citando Paul Zumthor

Com o avanço dos meios tecnológicos, o cordel passa da realidade para a virtualidade com bastante desenvoltura e aceitabilidade. Tudo isso nos remete à ideia Zumthoriana de performance, que pode ser melhor compreendida tendo em mente que a performance é a presença física do corpo, o que exige que se pense na pessoa física, o cantor e contador, por exemplo. Para esse medievalista suíço (2007, p. 50): "A performance [...] Termo antropológico e não histórico [...] designa um ato de comunicação como tal; refere-se a um momento tomado como presente". No texto escrito, não há o corpo, mas existe a possibilidade de performatização, pois a presença é recuperada pelas chamadas obras da voz, que são as que se aproximam o máximo possível da presença física. (ALMEIDA, 2014, p. 137).

De acordo com nossos informantes, que participaram da pesquisa Práticas Culturais para Literatura de Cordel, realizada com a finalidade de contribuir com este trabalho, revelaram como é abrangente e performática a atuação do cordel, que nesse sentido nunca é o fim da atividade cultural e sim o meio usado para se alcançar objetivos.

As respostas permitiram observar a transversalidade da cultura e da literatura popular, através das atividades culturais de cada indivíduo e das estratégias de atuação inerentes a cada um (apêndice A). As atuações somam-se nos mais

diversos meios culturais e profissões, a exemplo da literatura de cordel que muitas vezes é empregado como método para se chegar à outros objetivos, como na música (cantadores populares e músicos), no teatro (atores, atrizes, roteirista e diretores de espetáculo), na capoeira, na educação (professores e oficinairos), na escrita (poetas sem estilo, cronista, jornalistas), na pesquisa acadêmica, na participação social, na dança, no ativismo de ações e atividades criativas, entre outros.

3. POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL E NA BAHIA

As políticas culturais tanto no Brasil como na Bahia, têm passado por grandes transformações, sendo alguns avanços e também alguns retrocessos. “Ainda hoje, para falarmos de políticas culturais em nosso país, temos de assinalar sua ausência” (CALABRE, 2009, p. 293). De acordo com o professor do Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal Bahia (UFBA) e também ex-secretário estadual da Secretaria de Cultura da Bahia (2011-2014), Antonio Albino Canelas Rubim, as políticas culturais brasileiras produziram tristes tradições e grandes desafios. Rubim (2013; 2014) elucida que “estas tristes tradições podem ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade”.

Para Rubim (2013) a primeira triste tradição da ausência esteve entre o marco histórico do período da monarquia portuguesa, que perseguia as culturas indígenas e africanas e de diversas proibições como a da instalação de maquinário para imprensa e publicação de jornais; censura de livros e jornais; interdição ao desenvolvimento da educação, em especial das universidades.

A fuga da família real e da aristocracia do reino em 1808 trouxe alguns avanços, nesse período houve a “instalação algumas instituições culturais, como a Biblioteca Nacional; e a vinda de artistas e intelectuais estrangeiros, como a famosa Missão Artística Francesa”. Após a independência do Brasil não houve de fato uma política cultural que configurasse efetivamente uma mudança no cenário cultural (RUBIM, 2013, p.10-11).

A segunda triste tradição é marcada pelo autoritarismo, sobretudo após o golpe militar de 1964. Nesse período houve a instalação de uma infraestrutura de telecomunicações e demais instituições do audiovisual com o fundamento de integrar o país com a política de segurança nacional. Por outro lado “os militares reprimiram, censuraram, perseguiram, exilaram a cultura, os intelectuais, os artistas, os cientistas e os criadores populares, mas, ao mesmo tempo constituíram uma agenda de ‘realizações’ nada desprezível para a (re)configuração da cultura no Brasil” (RUBIM, 2013, p. 30).

Segundo Renato Ortiz, durante a ditadura militar a censura não se definia tanto pelo veto a qualquer produto cultural, mas como uma repressão seletiva que impossibilitava a manifestação de determinados pensamentos

ou obras artísticas se por um lado nesse período foi quando mais se produziu bens culturais no país, por outro lado, ele foi caracterizado por uma repressão ideológica e política intensa (ORTIZ, 1985, p.89). A cultura era vista pelo Estado como questão de segurança nacional e foi usada, principalmente a partir do final da década de 60, como forma de melhorar a imagem interna e externa do governo. (UCHÔA 2010?, p. 2).

A instabilidade é a terceira triste tradição, marcada pela ausência de políticas culturais, descontinuidades de ações, dissolvimento de órgãos de cultura a exemplo do Ministério da Cultura (MinC) e tantas outras ausências. “Muitas das entidades criadas têm forte instabilidade institucional derivada de um complexo conjunto de fatores: fragilidade; ausência de políticas mais permanentes; descontinuidades administrativas; desleixo; agressões de situações autoritárias etc” (RUBIM, 2013, p. 36). A terceira triste tradição é o resultado das experiências deixadas pelas ausências e autoritarismo no cenário cultural brasileiro.

O Ministério da Cultura é um exemplo emblemático de instabilidades nas políticas públicas culturais, especialmente com sua criação no governo Sarney (1985-1989) e desmantelamento em 1990, sendo transformado em Secretaria de Cultura vinculada à Presidência da República durante o governo de Collor (1990-1992). Em 2016 o Ministério foi novamente extinto por Michel Temer e logo recriado devido à forte mobilização da sociedade civil, que se reuniu em defesa da permanência do MinC através do Movimento Ocupa MinC⁵. De um modo geral a pasta de cultura enfrentou diversos desafios até ganhar independência

O setor da cultura esteve inscrito no Ministério da Educação e Saúde (1930) até passar a compor o Ministério da Educação e Cultura, em 1953. Foram precisos mais de 32 anos para a independência e autonomia da cultura em um ministério específico (1985). Durante os governos Sarney (1985-1989), Collor (1990-1992) e Itamar (1992-1993) o Ministério da Cultura passou por instabilidades: criado em 1985; desmantelado por Collor e transformado em secretaria em 1990; novamente recriado em 1993 por Itamar Franco. Além disto, foram dez dirigentes responsáveis pelos órgãos nacionais de cultura em nove anos (1985-1994). (RUBIM, 2013, p. 37).

De fato é fundamental a necessidade de reconfigurar o campo da cultura levando em consideração a diversidade cultural, é preciso fomentar o setor produtivo da cultura articulado numa perspectiva de cultura cidadã e de acesso à todos, ao mesmo tempo superando as três tristes tradições da política cultural brasileira. Esse processo têm seu melhor formato nas políticas culturais. Nessa perspectiva é

⁵ O Movimento Ocupa MinC foi um movimento de ocupação em órgãos de cultura e espaços culturais, que se pôs contra a extinção do Ministério da Cultura em maio de 2016.

importante conhecer o que são políticas culturais e o que se pretende alcançar com elas. Para o autor Alexandre Barbalho

Uma política cultural é um conjunto mais ou menos coerente de princípios (conceitos e diretrizes), objetivos (onde se quer chegar), estratégias (como alcançar os objetivos projetados), os meios necessários e as ações a serem realizadas (os programas e projetos concretos). Importante frisar que deve haver uma lógica entre as partes do conjunto – é esta lógica que dá sentido a uma política cultural. (BARBALHO, p.8, 2013).

Para Teixeira Coelho (1997) os atores sociais envolvidos nesse processo representados pelo Estado, organizações não-governamentais e empresas privadas possuem atuação importante na construção de uma política cultural. Esses agentes visam “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (COELHO 1997, p. 292).

O novo cenário da cultura brasileira começou a passar por mudanças significativas no governo Lula e na gestão do ministro Gilberto Gil que assumiu a pasta da cultura em 2003. “Conceitos como cidadania cultural, autonomia, protagonismo sociocultural, economia da cultura e inclusão cultural passaram a fazer parte dos discursos e dos documentos elaborados e ações realizadas pela pasta.” (LIMA, 2016, p.170).

A partir desse momento as políticas culturais ganham protagonismo com avanços consideráveis, com destaque para a ampliação do conceito de cultura, o reconhecimento das dimensões da cultura (simbólica, econômica e cidadã), o Plano Nacional de Cultura e Sistema Nacional de Cultura, as Conferências de Cultura (municipais, estaduais e nacionais), a participação popular na deliberação de políticas públicas, o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura

a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura representou um divisor de águas na história das políticas culturais no país. Nela, foram enfrentadas as três tristes tradições que marcaram as políticas culturais na história do Brasil: as ausências, os autoritarismos e as instabilidades. Depois do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Cultura Francisco Weffort, o Estado brasileiro passou a desenvolver políticas públicas de cultura em uma circunstância democrática. A construção do Plano Nacional de Cultura, com a vigência de dez anos; a criação do Sistema Nacional de Cultura e a realização de diversos programas, a exemplo dos Pontos de Cultura, expressam mudanças substantivas acontecidas nas políticas culturais no Brasil. (RUBIM, p. 18, 2014).

O Ministério da Cultura é atualmente o órgão da administração pública federal responsável pelas principais políticas culturais a nível nacional. O MinC apropria-se

do entendimento da cultura em articulação com três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica refere-se à capacidade humana de criar símbolos e signos que apresentem as práticas culturais a exemplo dos idiomas, costumes, culinária, crenças, etc., bem como as linguagens artísticas como a dança, a literatura, o teatro, artes visuais, entre outras linguagens. A dimensão cidadã trata da cultura como um direito básico, sendo necessário o poder público garantir ao cidadão o acesso e vivência a esses bens culturais a exemplo dos livros, espetáculos teatrais, apresentações musicais, produções audiovisuais nacionais, manifestações populares, etc. A dimensão econômica categoriza a cultura como modo de sobrevivência, a partir de uma cadeia produtiva e vetor econômico, sustentável e a economia criativa.

Uma das principais políticas do Ministério, no governo Lula foi ampliar o conceito de cultura, entendendo culturas populares, indígenas, cultura digital, LGBT entre outros, respeitando a cultura brasileira, a diversidade e os direitos culturais numa perspectiva de cultura cidadã.

3.1 Políticas Culturais no Estado da Bahia

O Estado da Bahia também passou por estes processos de ausência, autoritarismo e instabilidades como aponta o professor Albino Rubim. Durante o golpe de 1964 houve significativas perdas para o campo cultural baiano. A autora Sara Uchôa relata que artistas migraram para cidades da região Sudeste, como Rio de Janeiro e São Paulo durante esse período de repressão

Com a evasão dos artistas e repressão aos movimentos culturais remanescentes, foi delegado ao Departamento de Ensino Superior e de Cultura – DESC, único órgão de cultura do governo até então, as ações culturais no estado. O campo artístico baiano apresentava pouco dinamismo, havia pouco investimento organizado na área da cultura, os equipamentos culturais (museus, teatros, bibliotecas etc) funcionavam de forma estanque e sem alinhamento com uma política comum. (UCHÔA, 2010?, p. 5)

Em 1967 durante o governo de Luiz Viana Filho foi criado o Conselho Estadual de Cultura (CEC), o primeiro órgão que viria tratar da cultura especificamente da Bahia. Segundo Sara Uchôa

o CEC tinha por finalidade exercer as funções consultivas e normativas sobre as Artes, Ciências e Letras e o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, ele previa uma Câmara de Artes e Patrimônio Histórico e conferia ao Conselho formular a política cultural do estado, cooperar para a defesa de conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, estadual e municipal e aprovar o Plano Estadual de Cultura. (art. 36, lei nº 2464, regimento interno do conselho apud UCHÔA, 2010?, p. 6).

Algumas instituições e órgãos foram criados nesse período como a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, criada em 1967 e regulamentada no ano seguinte, com finalidade de preservar o patrimônio cultural do Estado, anteriormente essa responsabilidade era do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, instituição criada no governo de Getúlio Vargas. Na década de 80, a Fundação passa a ser uma autarquia e posteriormente vinculada à Secretaria de Cultura, denominada Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).

A Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural executou algumas ações de recuperação e restauração arquitetônica que foram desenvolvidas no Centro Histórico de Salvador. O Pelourinho que anteriormente foi o centro econômico, político e cultural da capital baiana (1930-1960), passou por mudanças no seu cotidiano. A partir da década de 60 a configuração da cidade começou a ganhar um novo formato, a transferência do Centro Administrativo da Bahia para Paralela e a construção de grandes avenidas pela cidade começaram a dar uma nova dinâmica na cidade e isso refletiu no Pelourinho (UCHÔA, 2010?, p. 8).

Em 1974 é criada a Fundação Cultural do Estado da Bahia - FCEBA⁶ nesse período o governador do Estado era Antônio Carlos Magalhães. A Fundação tinha como missão “preservar o acervo cultural constituído; promover a dinamização e criação da cultura; difundir e possibilitar a participação da comunidade no processo de produção cultural” (FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA, 2004, p. 30). Nesse momento a FCEBA tinha incorporada a sua estrutura as bibliotecas, o Museu de Arte da Bahia (MAB), Museu de Arte Moderna (MAM), Museu de Arte Popular e o Teatro Castro Alves (TCA).

A partir de então, as instituições culturais estaduais baianas passaram a ser o Conselho Estadual de Cultura, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural e a Fundação Cultural do Estado. Ao CEC, cabia formular a política cultural do estado e aprovar o Plano Estadual de Cultura; o IPAC ficou responsável pela preservação do patrimônio cultural e a FCEBA pela “dinamização e criação da cultura”. (UCHÔA, 2010?, p. 10).

⁶ Antiga sigla para se referir a Fundação Cultural do Estado da Bahia - Funceb.

Ainda durante o governo de Antônio Carlos Magalhães (1979-1982) a pasta da cultura foi proposta pelo pano de fundo de “valorização da identidade cultural baiana” (UCHÔA, 2010?, p. 13). As ações eram divididas basicamente em duas frentes: a dinamização de espaços culturais e preservação do patrimônio cultural baiano. A Fundação Cultural do Estado da Bahia aproximou-se de outras entidades e instituições orientado por duas instâncias: institucional e informal

Na linha de colaboração, a FCEBA estabeleceu relações culturais com outras entidades em duas instâncias, uma institucional outra informal. Na instância institucional as relações se produziram sob a forma de assistência técnica, com as entidades as quais mantinha convênio de manutenção, aí se inserem o Museu Carlos Costa Pinto, Museu das Alfaias, Museu Recolhimento dos Humildes de Santo Amaro, Fundação Hansen Bahia e Fundação Juracy Magalhães Júnior, e de cooperação técnica, financeira e de promoção de eventos, nos quais inserem-se instituições como OEA e UNESCO a nível internacional, FUNARTE, PRÓ-MEMÓRIA, UFBA, CEF, INL, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação MUDES e DEMEC a nível federal, CONDER, DESENBANCO, BAHIATURSA, EMTUR, CIA, COFIC, SEC, Secretaria de Indústria e Comércio a nível estadual, ACBEU, Aliança Francesa, ICBA, Gabinete Português de Leitura, SECNEB, Teatro Gamboa, Associação dos Músicos Profissionais da Bahia, ABET, APATEDEBA, Academia de Letras da Bahia, Ordem dos Trovadores e Literatas de Cordel, entre outros. Na instância informal as relações aconteceram sob a forma de troca de experiências. (UCHÔA, 2010?. p. 15).

O Estado passou a ter uma secretaria exclusiva para a cultura em 1987, o novo órgão foi criado com a Lei 4.697, na gestão do então governador Waldir Pires. A Secretaria tinha como principal diretriz “preservar a memória e a tradição do Estado, fomentar as ações culturais dos segmentos da sociedade e fornecer condições para o livre desenvolvimento das ações culturais” (Secult-BA). O órgão surgiu logo após a criação do também recente criado Ministério da Cultura - MinC no governo de José Sarney, havia o interesse em trazer autonomia das atividades e ações da Secretaria para o campo da cultura e estabelecer um maior diálogo com o Ministério. (SANTOS, 2010?, p. 10)

O primeiro secretário escolhido para dirigir a Secretaria de Cultura foi o poeta e compositor José Carlos Capinan. Capinan tinha formação em medicina e estudou Direito e Teatro na UFBA, fez parte do Centro Popular de Cultura e do movimento dos Tropicalista, ao lado de Gilberto Gil e Caetano Veloso (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2016). Antes de assumir a pasta, Capinan era o dirigente da Fundação Cultural do Estado da Bahia até a institucionalização da Secretaria (FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA, 2004).

A Secretaria teve sua estrutura administrativa alicerçada nos órgãos já existentes como a Fundação Cultural do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon,

Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural e o Arquivo Público do Estado da Bahia (SANTOS, 2010?). Com exceção da FCEBA, os demais organismos ficaram responsáveis por gerir diretamente as questões relacionadas à memória e patrimônio.

A FCEBA foi transformada em Fundação das Artes na reforma administrativa, através da Lei 6.074 em 1991 na gestão do governador Nilo Coelho. “Os membros da Fundação tinham receio que o órgão fosse extinto” (SANTOS 2010?, p. 18). A Fundação das Artes trabalhava fomentando linguagens artísticas: Literatura, Artes Plásticas, Artes Cênicas e Som e Imagem; além da gestão dos Centros de Cultura no interior do Estado. “Foi uma tentativa equivocada de concentrar a instituição apenas as atividades artísticas, extinguindo uma série de projetos socioculturais, que foram nas gestões anteriores, a grande inovação.” (FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA, 2004, p. 63-64).

As instabilidades (RUBIM, 2013) fizeram parte da história dos órgãos de cultura do Estado. A descontinuidade e ausências de políticas configuram em perdas significativas para o desenvolvimento da cultura e fortalecimento institucional do campo. A Secretaria de Cultura foi extinta em 1991 durante o governo de Antonio Carlos Magalhães, os antigos órgãos ficaram sob a responsabilidade de Secretaria de Educação, que transforma-se posteriormente em Secretaria de Educação e Cultura entre 1991 e 1994. A Fundação das Artes voltou a ser chamada de Fundação Cultural do Estado da Bahia.

Em 1995 com a criação da Secretaria de Cultura e Turismo, o campo da cultura ficou subordinado à lógica do turismo. Os recursos destinados à cultura ficaram restritos na capital e no Recôncavo e a limitação de políticas do governo concentrada no lazer e turismo. Os esforços da Secretaria estavam voltados para promover a cultura como um produto turístico (BAHIA, 2009).

3.2 Institucionalidade da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

A recriação de uma Secretaria estadual exclusiva para cultura veio em 28 de dezembro de 2006 durante o governo de Jaques Wagner que promoveu uma

mudança significativa na administração pública do Estado, “a cultura passou a ser entendida como criação simbólica do ser humano” (BAHIA, 2009, p.10). Atualmente a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia - Secult-BA é o órgão da administração pública direta do Estado responsável pela elaboração e execução de políticas públicas no campo da cultura na Bahia, e que devem atingir todos os territórios de identidade. A Bahia é dividida em 27 territórios de identidade, que foram constituídos a partir de especificidades de cada região e o sentimento de pertencimento das comunidades.

Uma das principais diretrizes adotadas pela Secretaria foi à política de territorialização. Ou seja, levar para os 27 territórios de identidade as ações e políticas culturais da Secult. As contratações dos Representantes Territoriais de Cultura sintetizam a interiorização da política cultural adotada. Entretanto, no que se referem ao fomento e financiamento, a territorialização não representou essa nova postura adotada pela Secult, de fato a concentração de projetos e proponentes de Salvador e Região Metropolitana que receberam financiamento da Secretaria se mantiveram, como aponta o Relatório da Gestão 2011-2014 da Funceb.

De 2007 até 2018 a Secretaria teve 04 secretários estaduais, Márcio Meirelles (2007-2010), Albino Rubim (2011-2014), Jorge Portugal (2015-2017) e Arany Santana (2017), que tiveram a responsabilidade de colocar a Bahia em consonância com as políticas culturais desenvolvidas pelo Ministério da Cultura, sobretudo com o fortalecimento do MinC nas gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira. Dentre as principais ações da Secult, é importante ressaltar o novo modelo e fomento cultural que a Bahia experimentou durante os últimos 10 anos.

A Bahia adotou a construção de uma cultura cidadã a partir de 2007, com o desenvolvimento da cultura no Estado, chamamentos públicos de participação da sociedade civil nas Conferências municipais, territoriais, setoriais e estaduais de cultura; consultas públicas para aproximação do governo e a sociedade para elaboração de políticas culturais; a aprovação da Lei nº 12.365/2011, a Lei Orgânica da Cultura da Bahia, compondo o Plano Estadual de Cultura e Sistema Estadual de Cultura, são exemplo de alguns esforços da Secult.

De acordo com a publicação Bahia Terra da Cultura da Secretaria de Cultura da Bahia (2013), o entendimento de uma cultura cidadã como política de Estado referem-se

[...] a construção de uma cultura cidadã, que permita a todos o acesso às diversas modalidades de experimentação e fruição cultural, a participação na construção das políticas culturais, a ampliação da cidadania e dos direitos culturais, além de buscar a mudança dos valores democráticos, republicanos, solidários, fraternos, de transparência, de paz, de equidade e de respeito à diversidade cultural, social, étnica, etária, de gênero e de orientação sexual, imprescindíveis a uma nova sociedade e a um novo modelo de desenvolvimento. (BAHIA, 2013, p. 4).

A política de editais trouxe fortalecimento para os já existentes e mobilizou a criação de novos editais, isso representou um combate à chamada política de balcão. A política de balcão (RUBIM, 2014), que em gestões anteriores eram bastantes comuns referiam-se à “esses apoios diretos que se davam com pouca ou nenhuma transparência, realizando sem prévio chamamento e critérios públicos, partindo exclusivamente da decisão do gestor” (PAIVA NETO, p. 16, 2007).

Os editais foram bem avaliados por parte de alguns artistas e produtores culturais baianos, pois é o meio mais democrático, transparente e republicano de distribuição de verbas públicas, embora seja necessário o reconhecimento de falhas ou insuficiência do mecanismo, e até mesmo uma avaliação precisa através de estudos mais aprofundado de forma setORIZADA em todas as cadeias produtivas da cultura baiana sobre o real alcance da política de editais.

O financiamento da cultura também foi democratizado com a implantação da dinâmica de editais para a distribuição dos recursos do Fundo de Cultura da Bahia. Assim, a lógica do balcão e do favor estava sendo superada. O fundo foi valorizado e passou a ser a modalidade principal de financiamento à cultura na Bahia, colocando em segundo plano a lei estadual de incentivo cultural. (RUBIM, p. 21, 2014).

Por outro lado, os editais também apresentam problemas estruturais, principalmente na burocracia, repasse de recursos e fluidez dos processos

Outro ponto de crítica à política de Editais é que esta padece de problemas estruturais para os quais o aparato estatal não se mostra capaz de resolver. O peso da burocracia é demasiado e os atrasos e demoras na tramitação de processos impedem que se ofereça a fluidez e agilidade necessárias ao atendimento das necessidades de artistas e produtores (ARAÚJO, 2011, p. 181).

O Movimento Cultura na UTI, ocorrido em julho de 2009 representou essa crítica. Organizado por lideranças do meio teatral, e com apoio de artistas de teatro, dança e música, através de um ato de protesto contra as políticas implementadas pela Secult, com o então secretário Márcio Meirelles. O movimento reivindicava contra a desarticulação da produção artística profissional (ARAÚJO, 2011), o movimento demonstrou que a construção das políticas culturais da Secult ocorreu a partir de protestos, contestações, críticas e disputas dentro do campo.

No site da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (<http://www.cultura.ba.gov.br/>) é possível visualizar a atual estrutura da Secretaria. O esforço para interpretar a institucionalidade da Secretaria é fundamental para entender como o Estado formula as políticas culturais. A Secult é composta por duas superintendências - Superintendência de Promoção Cultural e a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura - um Centro de Cultura Populares e Identitárias, três unidades vinculadas - Fundação Cultural do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - e o Conselho Estadual de Cultura.

A Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT), é responsável por coordenar o Sistema Estadual de Fomento e Financiamento da Cultura, como o Programa de Incentivo ao Patrocínio Cultural (FazCultura) e as linhas de apoio financiadas pelo Fundo de Cultura da Bahia (FCBA) sendo: Ações Continuadas de Instituições Culturais sem fins lucrativos; Eventos Culturais Calendarizados; Mobilidade Artística e Cultural, Editais Setoriais Temáticos e Agitação Cultural. Compete, ainda, à SUPROCULT, a coordenação do Sistema de Indicadores e Informação em Cultura (SIIC) e a articulação e coordenação da Secretaria de Cultura em temas relacionados à Economia da Cultura, com destaque para o Escritório Bahia Criativa #incubadora. A SUPROCULT possui três diretorias: a Diretoria de Fomento que gerencia o Fundo de Cultura e o FazCultura; a Diretoria de Economia Criativa responsável pelo Escritório Bahia Criativa e a Diretoria de Controle que é responsável pela prestação de contas de todos os projetos que são apoiados com recursos do FCBA e do FazCultura.

A Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (SUDECULT), é responsável pelo desenvolvimento e política de territorialização da cultura, a SUDECULT trabalha do desenvolvimento e fortalecimento da cultura e direito à cidadania, respeitando a diversidade dos 27 territórios de identidade da Bahia. Composta por três diretorias, a Diretoria de Cidadania Cultural (DCC), que têm por objetivos garantir a ampliação de acesso público aos meios de produção, circulação e fruição cultural. A DCC trabalha em articulação com as políticas do Ministério da Cultura, através do programa Cultura Viva, com destaque para os pontos de cultura da Bahia, atualmente o Estado possui 270 Pontos de Cultura. A Diretoria de Espaços Culturais (DEC) administra uma rede de 17 equipamentos culturais espalhados pela Bahia em 12 territórios de identidade, nas cidades de Salvador,

Juazeiro, Feira de Santana, Itabuna, Valença, Vitória da Conquista, Jequié, Alagoinhas, Guanambi e Porto Seguro. A Diretoria de Territorialização da Cultura (DTC) tem como política principal fortalecer a atuação da Secult em todos os 27 territórios de identidade do Estado, através da atuação dos Representantes Territoriais de Cultura e acompanhamento das ações de fomento na consolidação da participação social.

O Centro de Cultura Populares e Identitárias (CCPI) é responsável pelo fomento e promoção das manifestações culturais populares. A atuação do CCPI é promover políticas públicas com foco para as culturas populares e de identidade (culturas do sertão, de matrizes africanas, ciganas, indígenas, LGBT, infância e idosos) trabalhando em conjunto com as ações do Ministério da Cultura.

A Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb) é uma das unidades vinculada à Secult encarregada de promover e viabilizar a arte para o fortalecimento da cultura e desenvolvimento da sociedade e cultura baiana. Com a participação da sociedade civil e instituições públicas, a Funceb cria e implementa políticas, programas e projetos que promovam, incentivem e desenvolvam a formação, a criação, a produção, a pesquisa, a difusão e a memória das Artes Visuais, do Audiovisual, do Circo, da Dança, da Literatura, da Música e do Teatro da Bahia. A Funceb é responsável também pelo gerenciamento dos editais setoriais das artes (artes visuais, dança, circo, literatura, música e teatro) e o edital Calendário das Artes, ambos contam com recursos provenientes do Fundo de Cultura da Bahia.

Também vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, a Fundação Pedro Calmon (FPC) coordena a implementação, articulação e gerenciamento das políticas culturais nos campos da leitura, bibliotecas e memória do Estado da Bahia. A FPC possui duas diretorias: a Diretoria do Livro e Leitura (DLL) que desenvolve ações de estímulo à leitura e escrita, fomentos aos pontos de leitura, doação de livros e oficinas de escrita criativa, coordena também um edital setorial destinado a publicação de livros com recursos públicos oriundos do FCBA. A Diretoria de Bibliotecas é responsável pela gestão das nove bibliotecas estaduais, uma virtual e no fomento de bibliotecas comunitárias (CARVALHO, 2018).

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) é vinculado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, atua de forma integrada e em articulação com a sociedade e os poderes públicos municipais, estaduais e federal, na salvaguarda e proteção de bens culturais tangíveis e intangíveis baianos e na

política pública do patrimônio cultural na Bahia. É responsável pela Diretoria de Museus (DIMUS) que tem como missão formular, promover e garantir a implementação de políticas públicas para o setor museológico, visando contribuir com a criação, a organização, o desenvolvimento e o fortalecimento das instituições museológicas do Estado da Bahia e de seus acervos, colocando-os a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento.

O Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC) é um órgão colegiado do Sistema Estadual de Cultura de caráter normativo e consultivo que tem como finalidade contribuir com a formação de políticas culturais para o Estado. Seguindo os parâmetros da Lei Orgânica da Cultura da Bahia (Lei 12.365/11), o órgão é formado por 60 membros (30 titulares e 30 suplentes). Dois terços dos integrantes foram eleitos como representantes dos territórios de identidade cultural e dos segmentos e fazeres culturais e um terço composto por membros indicados pelo poder público.

3.3 Formação em cultura

A Bahia é um dos estados pioneiros em termos de políticas culturais e ações de formação, qualificação e especialização para classe artística, produtores culturais, gestores públicos, estudantes, etc. O papel das universidades vem transformando a Bahia num estado que é referência na formação de profissionais do campo da cultura. “A Bahia é notoriamente identificada como um local representativo no que se refere à atividade cultural brasileira. O estado tem sido reconhecido pela qualidade de seus artistas, profissionais e de suas escolas de formação” (BAHIA, 2014, p. 23).

Os cursos de Produção Cultural, Dança, Música, Teatro, Cinema e Audiovisual, Administração, Gestão Pública, Contabilidade, Bacharelado Interdisciplinares em Artes e Humanidades, Moda, Design, Museologia, Arquitetura, Artes Visuais, História, entre outros cursos oferecidos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem contribuído ativamente nesta consolidação de um estado que é referência na formação de profissionais.

Outras universidades vêm consolidando a Bahia, em um estado referência em formação cultural no Brasil.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em seu campus situado na cidade histórica de Cachoeira cada vez mais tem uma atuação ativa no campo cultural. A Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (Unilab), ainda que não tenham sede na Bahia, começam a desenvolver atividades e formação cultural em nosso estado. As universidades estaduais investem de modo cada vez mais consistente na área cultural: novos cursos de graduação e de pós-graduação; atividades de pesquisa e de extensão, com ênfase na ação cultural nas regiões em que estão instaladas. Crítica, memória e diversidade culturais são temas contemplados em cursos pós-graduados na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual do Sul da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). (RUBIM, 2014, p. 68-69).

Na UFBA existe desde 2005 o Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade – Pós Cultura, com excelência do corpo acadêmico e na formação de pesquisadores, mestres e doutores em cultura, políticas culturais e gestão da cultura.

Ainda na UFBA o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult) é um órgão com vínculo institucional na universidade que desenvolve atividades de pesquisa e formação, cursos e eventos, publicização de trabalhos acadêmicos, promove atividades de extensão e intercâmbio intelectual entre pesquisadores de cultura. Publiciza livros da Coleção Cult com reflexões na área de cultura, em uma perspectiva multidisciplinar, ampliando o intercâmbio entre estudiosos da cultura.

O Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult) é um evento promovido pelo Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT desde 2005 na Universidade Federal da Bahia em Salvador. O evento reúne pesquisadores, alunos universitários, professores, intelectuais, artistas e profissionais que atuam no campo da cultura. Já foram apresentados mais de três mil trabalhos e estudos da cultura (GUIMARÃES; SILVA, 2017) nos seguintes eixos temáticos: culturas digitais; culturas e América Latina; culturas e arte; culturas e desenvolvimento; culturas e infância; culturas e mídias; culturas e narrativas audiovisuais; culturas, gêneros e sexualidades; culturas, identidades e territórios; formação, gestão, divulgação e produção cultural; memórias e patrimônios culturais e políticas culturais.

As contribuições dos estudos acadêmicos no Enecult colaboraram de maneira bastante significativa para este trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Foram encontrados 15 artigos que abordam temas de fomento e financiamento, e 10 artigos

com a temática de políticas culturais que auxiliaram a construção do embasamento teórico deste trabalho acadêmico.

3.4 Participação social na construção de políticas culturais

A construção de uma sociedade justa e democrática está lado a lado a ações conjuntas entre o poder público e a sociedade civil. Formular propostas, propor políticas públicas, debater e fiscalizar são ações que formam o conjunto da participação social em esferas da política pública.

No campo da cultura não é diferente, a participação da sociedade civil, representada por artistas, gestores, produtores, estudantes e professores, grupos e coletivos, organizações não governamentais (ONGS), organizações sociais (OS) e organizações da sociedade de interesse público (OSCIP) entre outros agentes do campo da cultura formam uma grande potência polifônica para representação e luta pelos direitos culturais da sociedade.

O chamamento público é dever do Estado, que deve fazer convocações à sociedade para a participação política, num processo de deliberação. O Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia têm realizado ações no sentido de convidar a sociedade a participar do processo democrático nas políticas públicas.

O MinC na gestão do ministro Gilberto Gil realizou esforços na construção democrática de políticas culturais. Seminários e consultas públicas foram realizadas para reconfigurar as ações do MinC, que anteriormente tinha delegado a função de executar políticas culturais ao mercado (PAIVA NETO, 2017; RUBIM, 2014). Como instrumentos de participação social podemos citar a realização dos Seminários Cultura para Todos nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e Pernambuco; de fóruns com a participação de diversos segmentos da área artística e da sociedade em geral e das Conferências Nacionais de Cultura com ampla participação social. (CALABRE, 2009; PAIVA NETO, 2017; PEDRA, 2013; RUBIM, 2014).

Na Bahia a construção da participação social se intensificou a partir de 2007 com a realização das Conferências Estaduais de Cultura, no governo de Jaques

Wagner, com “o objetivo de implantar uma gestão em que a participação social fosse uma realidade.” (PEDRA, 2013, p. 62).

A participação social no exercício dos direitos democráticos são garantidos na Lei Orgânica da Cultura da Bahia (Lei nº 12.365 de 30 de novembro de 2011). A Bahia adotou o modelo de conferências em quatro modalidades: municipais, territoriais, setoriais e estadual. As Conferências geram uma mobilização nos municípios através de debates públicos sobre temas culturais que atinjam todas as linguagens artísticas, elaboração de propostas para aperfeiçoamento da Política Estadual de Cultura; eleições de colegiados setoriais entre outras ações.

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia é responsável pela realização das conferências, através da Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (SUDECULT). A SUDECULT conta com o auxílio dos Representantes Territoriais que atuam nos 27 territórios de identidade do Estado, que é coordenado pela Diretoria de Territorialização da Cultura. A atuação e permanência dos Representantes de Territoriais de Cultura espalhados pelo Estado é garantido na Lei Orgânica da Cultura em seu artigo 30 “[...] com a finalidade de articular os segmentos culturais entre os municípios, conforme o modelo de regionalização adotado” (LEI ORGÂNICA DA CULTURA DA BAHIA, 2011, p. 8). Os Representantes Territoriais são contratados em Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, atualmente existem somente dois representantes em atividade, um novo modelo de contratação está sendo avaliado pela Secretaria de Cultura (MAGALHÃES, 2018).

As Conferências Estaduais de Cultura acontecem na Bahia desde 2005, na seguinte ordem cronológica: I Conferência Estadual de Cultura 2005 - Salvador; II Conferência Estadual de Cultura 2007 – Feira de Santana; III Conferência Estadual de Cultura 2009 – Ilhéus; IV Conferência Estadual de Cultura 2011 – Vitória da Conquista; V Conferência Estadual de Cultura 2013 – Camaçari (PEDRA, 2013).

A realização das conferências devem acontecer em intervalos de 2 a 4 anos, mediante convocação do Ministério da Cultura. Em 2015 o MinC não realizou as convocatórias e em 2017 também não houve o chamamento, devido as instabilidades (RUBIM, 2013) e mudanças no governo⁷ que ocorreram no Brasil recentemente (MAGALHÃES, 2018). É importante ressaltar que o MinC foi dissolvido

⁷ Impeachment de Dilma Rousseff (PT) ocorrido em 12 de maio de 2016 e ascensão do vice Michel Temer (PMDB).

no governo de Michel Temer em 2016 e em seguida recriado no mesmo ano, devido a forte mobilização de artistas e da sociedade civil no movimento Ocupa MinC. A realidade é que o atual governo de Michel Temer, frente à crise política e econômica em curso, não tem considerado a importância da participação social no processo democrático, desta forma não tem convocado novas conferências nos Estados brasileiros e no Distrito Federal.

3.5 Modalidades de financiamento

O fomento à cultura pode ser definido como instrumentos e mecanismos que tem como objetivo viabilizar produções culturais de artistas, entidades, associações, grupos culturais, entre outros, através de recursos que podem ser de origem pública ou privada, portanto, “fomento pode ser usado com o sentido de incentivo, estímulo e promoção ao desenvolvimento cultural” (FREIRE, p. 6, 2013).

O fomento à cultura teve origem em Roma do Imperador Augusto César. O nome mecenato é derivado de Caio Mecenas, que foi o responsável a influenciar o Imperador Augusto César a fomentar uma política de apoio às artes e os artistas do Império Romano, com objetivo de estreitar as relações entre o governo e a cultura, através de pensadores e artistas da época.

A partir desse marco inicial, além de governos, outros setores da sociedade também adotaram uma postura de estímulo ou fomento e proteção às manifestações artístico-culturais. Desde então, o mecenato, como passou a se chamar esta ação, refere-se à atitude do Estado, nobreza, igreja e burguesia de promover a manutenção de artistas e bens culturais, como uma política de apoio material e/ou financeiro para criadores culturais. (FREIRE, p. 8, 2013).

É importante apontar que o simbolismo do fomento às artes, seja de forma material ou financeira é tida como sinônimo de prestígio no meio cultural. O mecenato tem variações em suas formas de aplicação, por exemplo nos Estados Unidos, onde essa política teve sucesso com o apoio de pessoas físicas e de empresas. “Beneficiados pela legislação liberal americana, podiam fazer doações individuais para financiar a arte e a cultura. A aquisição de coleções e o apoio às bibliotecas, fundações e equipamentos culturais constituíram a base do modelo de mecenato norte-americano.” (FREIRE, p. 9, 2013). No Brasil, podemos citar o Museu

de Arte Moderna (MAM), em São Paulo e o Museu de Arte de São Paulo (MASP) que são frutos do mecenato de duas personalidades que exerceram tal papel no Brasil, os empresários Assis Chateaubriand e Francisco Matarazzo na metade do século XX.

Para efeito deste estudo, iremos concentrar a abordagem sobre os mecanismos de financiamento da cultura no Estado da Bahia, em especial os mecanismos que tangenciam a literatura popular em verso. Os dados e informações que serão apresentados foram extraídos do Relatório da Gestão Funceb 2011-2014 e do Relatório de Atividades da Secult 2007-2009, além de entrevista realizada em junho de 2018, com Carol Almeida, responsável pela Diretoria de Fomento da Superintendência de Promoção Cultural da Secult.

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia possui duas modalidades de apoio financeiro estatal a projetos culturais: O Fundo de Cultura da Bahia (FCBA) e o Programa de Incentivo Cultural, conhecido como FazCultura. Todos esses dispositivos são regidos pela política de editais, procedimentos democráticos de acesso aos recursos públicos, no entanto com algumas distinções, o FazCultura é um modelo de fomento cultural através do incentivo por meio da renúncia fiscal, enquanto o Fundo de Cultura é voltado para atender demandas que não são absorvidas pelo mercado.

Para ambos mecanismos o proponente precisa submeter proposta pela internet no SIIC - Clique Fomento (Sistema de Informações e Indicadores de Cultura), de acordo com os prazos e orientações que são especificados em cada edital.

O Fundo de Cultura e o FazCultura são geridos pela Secretaria de Cultura, através da Diretoria de Fomento da SUPROCULT. Cada mecanismo possui suas peculiaridades e regras, o Fundo está voltado para atender demandas da comunidade artística e cultural que não conseguem captar recursos de outras fontes, enquanto o FazCultura já possui um caráter mais mercadológico.

O Fundo de Cultura foi criado em 2005 com a Lei 9.431/2005. Composto pela Comissão Gerenciadora do Fundo de Cultura da Bahia, que é formado pelas unidades vinculadas da Secult, sociedade civil e membros da SUPROCULT (ALMEIDA, 2018). A diretriz do Fundo é apoiar e incentivar a produção artístico-cultural baiana. São apoiados projetos nas áreas de música, dança, literatura, artes cênicas, artes visuais, culturas populares, museus, bibliotecas e arquivos, patrimônio

cultural, culturas digitais, intercâmbio, festivais. Os recursos são destinados a atender as demandas de artistas, produtores e gestores culturais residentes na Bahia (BAHIA, 2009).

O FCBA é o principal mecanismo de fomento da Secult e está estruturado em linhas de apoio: Ações Continuadas de Instituições Culturais; Eventos Culturais Calendarizados; Mobilidade Artística e Cultural, Editais Setoriais e Agitação Cultural e conta com recursos anuais de R\$ 44 milhões (ALMEIDA, 2018). O perfil dos projetos selecionados pelo FCBA são geralmente aqueles que não possuem apelo mercadológico.

Os Editais Setoriais são mecanismos de financiamento de projetos artísticos e culturais com a utilização de recursos do Fundo de Cultura, Os editais setoriais nasceram em 2012 e tiveram seleções públicas ocorridas em 2012, 2013, 2014 e 2016. O último lançado contou com 23 editais setorizados nas seguintes linguagens artísticas: Artes Visuais, Dinamização de Espaços Culturais da Bahia, Economia Criativa, Formação e Qualificação, Grupos e Coletivos Culturais, Literatura, Museu, Setorial de Culturas Populares - Capoeira, Setorial de Arquivos, Setorial do Audiovisual, Setorial de Biblioteca, Setorial do Circo, Setorial de Culturas Digitais, Setorial de Culturas Identitárias, Setorial de Culturas Populares - Versão Simplificada, Setorial de Culturas Populares, Setorial de Dança, Setorial de Música, Setorial de Leitura, Setorial de Livro, Setorial de Teatro, Setorial de Patrimônio, Territórios Culturais. (BAHIA, 2009; FUNCEB, 2014).

Os Editais Setoriais são produzidos a partir de um mapeamento que é feito pelas unidades vinculadas à Secult (Funceb, CCPI, IPAC e FPC) que são responsáveis pelas políticas setoriais. A construção dos editais são feitos a partir das demandas e do mapeamento que é enviado para Diretoria de Fomento (SUPROCULT) para confecção dos certames. Os editais são produzidos com orientações da Procuradoria Geral do Estado, do Tribunal de Contas do Estado, contendo justificativas embasadas nos planos setoriais de cada linguagem, com base no regulamento do Fundo de Cultura, na Política Estadual de Cultura e na Lei Orgânica da Cultura da Bahia (ALMEIDA, 2018).

O Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural – FazCultura foi criado em 1996 através da Lei nº 7.015, de 09/12/1996, é composto pela Comissão Gerenciadora do FazCultura, formado pelas unidades vinculadas da Secult, sociedade civil e membros da SUPROCULT (ALMEIDA, 2018).

O programa tem como objetivo fomentar a produção artística e projetos culturais através da parceria entre o poder público estatal e a iniciativa privada por meio da renúncia fiscal do Imposto de Circulação de Mercadorias de Bens e Serviços (ICMS) em benefício da aplicação do valor devido ao Estado à projetos culturais. Nesse mecanismo os projetos são mais mercadológicos e oferecem um retorno de imagem a empresa que patrocina via esta lei de incentivo (BAHIA, 2009).

Inúmeros projetos artísticos das mais variadas linguagens artísticas podem participar do programa. As inscrições são feitas pela internet no site do SIIC Clique Fomento. As propostas passam por uma análise prévia e análise de mérito para poderem se enquadrar no programa e posteriormente seguirem para captação de recurso junto a empresas privadas. Os projetos que mais são beneficiados pelo programa são de música, festivais, teatro e audiovisual (ALMEIDA, 2018).

O FazCultura possui recurso de renúncia fiscal de R\$ 15 milhões anuais, que são abatidos a cada habilitação de ficha, feita em conjunto com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz). O patrocinador pode abater 80% do imposto devido e investir em contrapartida de 20% em recursos próprios, se o patrocinador entrar como apresentador do projeto cultural a proporção cai para 60% equivalente ao abatimento do ICMS e 40% em recursos próprios (ALMEIDA 2018; BAHIA, 2009).

O Calendário das Artes é um edital da Funceb que contempla projetos de pequeno porte, sendo beneficiados 7 projetos por território com incentivos de até 13 mil por projeto. O Calendário das Artes consegue alcançar todos os 27 Territórios de Identidade do Estado. De 2011 à 2014 foram realizadas seis chamadas, com investimentos de R\$ 3,643 milhões para execução de 282 projetos em 109 municípios da Bahia (FUNCEB, 2014). O Calendário das Artes paga em formato de prêmio, o que desburocratiza a prestação de contas.

O edital Calendário das Artes nasceu a partir de demandas mapeadas através do projeto Funceb Itinerante, que percorreu cidades do interior da Bahia. As principais críticas dos participantes se concentraram na dificuldade em interpretação dos editais e uma competição desigual entre projetos do interior com a capital e a forma burocratizada do sistema de prestação de contas (FUNCEB, 2014).

4. POLÍTICAS CULTURAIS PARA A LITERATURA DE CORDEL NA BAHIA

As políticas culturais precisam ser amplas e cumprir a função primordial de garantia de direitos. O Estado é o responsável principal por fomentar, financiar e também oferecer formação para artistas, produtores e gestores culturais. Organizações não-governamentais e empresas privadas também configuram ações de caráter cultural na sociedade. Para Canclini (2001, p. 65), as políticas culturais resumem-se a um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social”.

A abordagem qualitativa deste trabalho ocorreu através de entrevistas realizadas com gestores e representantes dos órgãos de cultura do Estado da Bahia que trabalham com políticas culturais, fomento e financiamento à literatura e as culturas populares. A escolha por estes dois segmentos de linguagens artísticas é justificada pelo fato de que a literatura de cordel se localiza dentro destas duas linguagens, bem como por ser desta forma que o cordelista se autodenomina. As entrevistas ocorreram entre dezembro de 2017 e junho de 2018.

Houve a atenção em buscar dados e informações nos órgãos que a priori tivessem ações de fomento e financiamento à projetos ou atividades em que o cordel estivesse presente, mesmo que numa perspectiva transversal. Os órgãos institucionais escolhidos foram: a Fundação Cultural do Estado da Bahia, Escritório Bahia Criativa #incubadora, Diretoria de Cidadania Cultural, responsável pelo acompanhamento dos Pontos de Cultura, Fundação Pedro Calmon, Centro de Culturas Populares e Identitárias, Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (SUDECULT), Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT) e o Núcleo de Memória das Artes da Funceb.

O contato com esses gestores se deu por e-mails, troca de mensagem em aplicativo de mensagem (Whatsapp) e entrevistas realizadas na sede dos respectivos órgãos. Foram entrevistados Ramon Paranhos, assessor da Coordenação de Literatura da Fundação Cultural do Estado da Bahia; Tais Viscardi, gestora do Bahia Criativa; Ilton Candido representante do programa Pontos de Cultura (Secult-BA); Simone Pinho e Cristina Sá, representantes do segmento de

culturas populares do Centro de Culturas Populares e Identitárias; Nana Carvalho, representante da Diretoria do Livro e Leitura da Fundação Pedro Calmon. Também foi realizado entrevistas com o pesquisador João Vanderlei, especialista em políticas culturais para livro, leitura e bibliotecas, João foi membro titular do Conselho Deliberativo do Plano Estadual do Livro e Leitura; Sandro Magalhães, atual superintendente da SUDECULT - Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura; Ana Lúcia Fonseca, bibliotecária do Núcleo de Memória das Artes da Funceb e Carol Almeida, responsável pela Diretoria de Fomento da Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT).

Em todos os órgãos institucionais foi possível identificar que atualmente não existe nenhuma política de governo específica para a literatura de cordel, todavia o Estado tem fomentado o cordel de forma mais tímida nos últimos anos, através do edital Calendário das Artes e convite aos cordelistas para participação de feiras literárias e bienais, mas nenhuma ação que caracterize uma política permanente, como ocorreu na década de 80 com a criação do Núcleo de Pesquisas e Cultura da Literatura de Cordel, posteriormente denominado Divisão da Literatura de Cordel, projeto proposto pela professora e pesquisadora Edilene Mattos, que executava atividades de fomento, preservação e difusão da literatura popular entre os anos de 1980 a 1991.

Vale ressaltar que ainda é insuficiente as informações e indicadores setorizados que a própria Secretaria dispõe para elaborar sua política cultural. A falta de dados e pesquisas apresentam uma lacuna no entendimento e aprimoramento de uma política eficaz em todos os segmentos e linguagens, inclusive na literatura de cordel.

Durante as entrevistas foi diagnosticado que a literatura popular em verso teve grande prestígio na década de 80, posteriormente houve um declínio no fomento cultural por parte do Estado em políticas públicas para o cordel. As descontinuidades de ações enfraqueceram o fomento cultural aos folhetos. Também foi identificada e a falta de investimentos do setor privado que é praticamente inexistente.

Este capítulo irá também apresentar alguns dos resultados obtidos com a pesquisa on-line intitulada Práticas Culturais para Literatura de Cordel. A pesquisa foi produzida exclusivamente para compor este trabalho acadêmico com dados e informações sobre as práticas culturais de cordelistas, cantadores populares,

produtores culturais, escritores, artistas,icineiros, pesquisadores, professores ou qualquer outro agente cultural que utilize o cordel na suas atividades culturais. Buscou-se ainda realizar um mapeamento no Estado da Bahia, a fim de identificar onde se localizam os atores desta pesquisa.

O trabalho desta pesquisa se deu de forma virtual, através do uso da internet como ferramenta de alcance do público alvo com uso de formulário online na plataforma Google Forms, como será melhor explicado adiante.

O questionário ficou disponível por 30 dias, iniciado dia 16 de abril de 2018 até o dia 16 de maio de 2018. Ao longo desse período foram recebidos 43 respostas de cordelistas, cantadores populares, xilógrafos, pesquisadores, escritores, produtores culturais, gestores públicos, professores, diretores de teatro, bailarinos e atores. Neste capítulo será utilizado o termo “agentes culturais” para designar o quantitativo total de indivíduos que responderam à pesquisa.

A pesquisa foi divulgada e compartilhada em diversas plataformas digitais, sendo enviada por e-mail para endereços eletrônicos disponibilizado pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. Os e-mails foram disparados para um público específico de proponentes e produtores culturais inscritos ou com projetos aprovados nos Editais Setoriais de Literatura de 2012, 2013, 2014 e 2016, no edital Agitação Cultural 2015, nas seis chamadas do Calendário das Artes e os participantes do projeto Mapa da Palavra da Funceb.

A pesquisa ainda foi compartilhada no facebook em diversos grupos que tivessem perfil acadêmico e/ou literário, alguns grupos escolhidos foram: Facom – UFBA, Faconianos, Letras UFBA, Letras UNEB, o grupo Cordéis e Cordelistas, o grupo Produtores Culturais da Bahia, etc. O uso dos aplicativos de mensagem WhatsApp e Direct do Instagram também foram utilizados na difusão da pesquisa, além do compartilhamento no Twitter, Instagram e facebook do autor da pesquisa.

O objetivo da pesquisa foi reunir dados quantitativos e qualitativos referente às políticas culturais que são desenvolvidas pelo poder público e quais dessas ações alcançam os agentes culturais da literatura popular. A pesquisa buscou também entender como são avaliadas as políticas culturais executadas pelo poder público.

Para isso, a pesquisa foi elaborada com 21 questões, sendo perguntas de identificação pessoal, localização dos agentes culturais, perguntas de múltipla escolha e perguntas de caráter opinativo. A pesquisa buscou extrair informações a fim de entender os seguintes aspectos: 1. Estratégias usadas pelos agentes

culturais; 2. Financiamento de projetos através de editais; 3. Formação; 4. Avaliação das políticas culturais; 5. Estratégias de vendas e circulação dos folhetos; 6. Preservação/Acervo das obras; 7. Futuro da literatura de cordel.

A pesquisa também gerou um mapeamento de todos os agentes que responderam ao questionário, com objetivo de indicar onde esses atores sociais executam suas atividades artístico-culturais.

A seguir será apresentado um breve histórico das ações de fomento à literatura popular e as políticas culturais que atingem o cordel, em articulação, comparação, seleção e reflexão dos dados obtidos com a pesquisa realizada. Os principais pontos que iremos abordar serão: histórico das primeiras ações de fomento destinadas ao cordel; acervo da literatura popular existente no Estado; fomento aos projetos culturais de literatura de cordel e financiamento através de editais; fomento ao livro e leitura; economia criativa e políticas de formação; pontos de cultura; fomento ao segmento de culturas populares ligadas a literatura de cordel.

4.1 Histórico das políticas culturais para literatura de cordel na Bahia

Para compreender quais foram as primeiras políticas culturais destinadas à literatura de cordel, torna-se imprescindível uma busca no passado para identificar, relacionar e analisar as primeiras ações de preservação, fomento, financiamento e difusão que a literatura popular em verso teve no Estado da Bahia.

A criação do Núcleo de Pesquisas e Cultura da Literatura de Cordel em 19 de junho de 1981 pela professora e pesquisadora Edilene Mattos, foi a primeira experiência de fomento cultural com ênfase na literatura de cordel adotado pela Bahia (FONSECA, 2018). Na época Edilene era coordenadora do Programa de Editoração da Fundação Cultural do Estado da Bahia. “Ao Núcleo de Pesquisas de Literatura de Cordel cabia a tarefa de coordenar, preservar e difundir a literatura popular em verso em todo Estado da Bahia” (FONSECA, 2008, p. 3). Na publicação Memória da Cultura 30 anos da Fundação Cultura do Estado da Bahia a professora Edilene Mattos relata como surgiu o projeto

Em 1979, de maneira ousada, acabei apresentado ao Conselho da Fundação Cultural da Bahia um projeto para a criação do Núcleo de

Pesquisa e Cultura da Literatura de Cordel, com o objetivo de atender à necessidade, que me parecia justa e urgente, de testemunhar e documentar esse riquíssimo patrimônio da cultura do povo, ainda desconhecido ou insuficientemente valorizado pelos estudiosos da dita literatura culta ou letrada. (FUNCEB, 2004, p. 88).

Nesse período nasceu em Salvador a Banca dos Trovadores e Repentista, criada pelo cordelista Rodolfo Coelho Cavalcante. O objetivo da banca era consolidar um espaço onde poetas e cordelistas, repentistas e cantadores pudessem desenvolver suas atividades artísticas; o espaço contava com ações de fomento cultural desenvolvidas pelo Núcleo. A Banca dos Trovadores e Repentistas ficava localizada na Praça Cairu, em frente ao Mercado Modelo na capital baiana.

A Banca dos Trovadores e Repentistas recebia fomento e financiamento da Prefeitura Municipal de Salvador e da Fundação Cultural do Estado da Bahia para realização de suas atividades culturais – apresentações de repentistas, lançamento de folhetos, exposição de xilogravuras e de cordéis, exibição de filmes com a temática do cordel, palestras com pesquisadores, etc – em diversos períodos do ano, com destaque para ações no Dia Nacional do Folclore, dia 22 de agosto.

O Núcleo desenvolveu diversas ações de fomento ao cordel, a exemplo do Prêmio Literatura de Cordel, que previa no regulamento a premiação sob forma de editoração de obra com a tiragem de 2.000 folhetos para o vencedor (FONSECA, 2018).

Ainda na década de 80, a Fundação Cultural criou o Departamento de Literatura, também sob a coordenação da professora Edilene Mattos. Nesse momento o Núcleo de Pesquisa e Cultura da Literatura de Cordel muda de nome e passou a se chamar Divisão da Literatura de Cordel, porém com maior autonomia e responsabilidades, nesse momento as obras de cordel existentes até então, passaram a ser um centro de referência da literatura popular, com um acervo de memória riquíssimo, muito usado por estudantes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros

Em 1984, o Núcleo passa a ser denominado Divisão da Literatura de Cordel do Departamento de Literatura com maior autonomia administrativa, podendo melhor desempenhar o seu papel sócio-educativo e difundir essas informações às futuras gerações, baseando-se no conceito de que um Centro de Documentação e Memória é o local de “armazenamento de informações que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação e memorização [...]” (GOFF, 1984). (FONSECA, 2008, p. 3).

A Divisão de Literatura de Cordel passou a difundir a literatura popular em versos no Estado da Bahia, buscando uma interiorização das ações. Cabe ressaltar que durante esse período que compreendeu de 1984 até 1991 algumas atividades desenvolvidas merecem destaque: Função de editoração e de fomento das publicações de folhetos; realização de concursos literários (recitais de cantadores e violeiros; Prêmio Permanente de Literatura de Cordel); conscientização e divulgação (seminários de Literatura Oral e Popular, palestras e exposições itinerantes em escolas e bibliotecas da capital e do interior, lançamento de livros relacionados à literatura popular, sessões de filmes que abordavam a temática); delimitação do mapeamento cultural das atividades de cordel no interior e de intercâmbios com instituições relacionadas à cultura popular brasileira (FONSECA, 2008).

Em 1991, a Fundação Cultural da Bahia teve como dirigente José Augusto Burity (1991-2003), nesse período houve um declínio ao fomento da literatura popular com a extinção da Divisão de Literatura de Cordel. As perdas foram significativas para o campo, o acervo de folhetos de cordel deixou de ser de domínio da Divisão de Literatura de Cordel, e passou a ser de responsabilidade da então Diretoria de Literatura e Edição, perdendo o título de centro de referência da literatura popular.

Com a nova gestão de Armindo Bião (2004-2007) à frente da direção da Funceb, a literatura de cordel voltou a ter incentivo e valorização cultural com a realização das seguintes atividades culturais: Em 2004 foi criado o Núcleo de Referência Cultural e no mesmo ano houve exposições de literatura de cordel com oficinas de xilogravura em praças públicas (Praça Cairu e Praça da Sé em Salvador); Exposição, oficina, cantoria e lançamento de livro na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre – RS. Exposição e oficina na Bienal Internacional do Livro da Bahia - 2005. Em 2006 houve o incentivo ao cordel para participação no II Encontro Mestres e Mestras do Mundo, no Ceará e a Semana da Literatura de Cordel realizada em julho de 2006. No ano seguinte, o fomento se deu em apoios para exposição na Bienal Internacional do Livro na Bahia, exposição em homenagem ao centenário de Cuíca de Santo Amaro e oficinas promovidas pela Fundação Pedro Calmon.

No governo de Jaques Wagner (2007-2014) em 2008 houve oficinas viabilizado pela Fundação Pedro Calmon, o Encontro de Literatura de Cordel na Biblioteca Pública do Estado e um edital de concursos (FONSECA, 2008). Após

esse período não foi encontrado bibliografia que nos permitisse um maior aprofundamento das políticas culturais para o cordel nos anos seguintes.

4.2 Acervo da literatura popular em verso

Todas essas ações de fomento cultural para literatura popular em verso representou um importante e significativo desenvolvimento da literatura de cordel na Bahia, sendo a preservação da memória um fator relevante.

Os lugares de memória são uma construção histórica, portanto não espontânea, com valor expresso em museus, monumentos e arquivos, por exemplo, revelando os processos sociais que ocorreram ao longo do tempo. Os lugares de memória legitimam a história, constituindo-se em uma “produção voluntária e organizada na memória perdida”. (NORA, 1993). (SENA, 2016, p. 4)

O acervo da literatura popular começou a ser catalogado pelo Núcleo de Pesquisa e Cultura da Literatura de Cordel. “O Núcleo iniciou com um acervo de aproximadamente 5.000 folhetos de 280 autores, 60 matrizes de xilogravura, 60 discos de vinil de cantadores de viola, 30 exemplares avulsos de periódicos e três pastas com recortes de jornais referentes a literatura popular.” (FONSECA, 2008, p. 5).

Com a transferência do acervo para a então Diretoria de Literatura e Edição em 1991 houve um receio e preocupação com relação à preservação e conservação dos folhetos, pois as obras estavam instaladas em uma área relativamente pequena para o tamanho da coleção (FONSECA, 2008).

A partir de 2004 é criado o Núcleo de Referência Cultural na Fundação Cultural do Estado da Bahia com a finalidade de preservar documentos bibliográficos, arquivos e o valioso acervo de cordéis, que a partir desse momento passou a ser gerido pelo Núcleo, que atualmente é denominado de Núcleo de Memória das Artes, localizado no Pelourinho, Centro Histórico de Salvador.

O Núcleo desenvolveu um projeto de compartilhamento em rede do acervo e patrimônio documental, com um sistema de catalogação. O projeto consiste em disponibilizar ao público dados e informações através de busca online sobre a memória das artes. A consulta pode ser feita através do site da Funceb

(<http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/>), na opção NÚCLEO DE MEMÓRIA DAS ARTES (FONSECA, 2018).

No sistema do acervo online é possível encontrar 4.482 títulos de publicações relacionados à literatura de cordel. Vale ressaltar que o sistema é de referência bibliográfica, não sendo possível fazer o download do acervo digital, com algumas exceções de imagens (capas de alguns folhetos).

Com a extinção do centro de referência da literatura popular em 1991, que era de responsabilidade da Divisão de Literatura de Cordel, coube à Fundação Pedro Calmon gerir o acervo das obras de cordel, que foram transferidas para Biblioteca Pública do Estado (Biblioteca Central dos Barris), localizada nos Barris em Salvador. Lá o acervo tornou-se mais uma coleção de tantas outras já existentes da biblioteca. A mudança se deu por transições administrativas e de gestões na Secretaria de Cultura e na Fundação Cultural.

Em visita técnica feita ao local foi possível visualizar a situação dos folhetos, que estão localizados no terceiro pavimento, no setor de Documentação Baiana em caixas apropriadas para a guarda do acervo. As obras encontram-se catalogadas e organizadas por ordem numérica, títulos e autores, porém não há dinamização do espaço e nem das obras, a fim de impulsionar o estímulo à leitura de visitantes que frequentam a biblioteca. Desde quando as obras foram pra Biblioteca Pública, houve uma queda na busca pelo acervo de pesquisadores e estudantes.

Há um projeto de incentivo à literatura de cordel dentro do espaço físico da Biblioteca Central dos Barris. O projeto intitulado Café com Cordel, foi elaborado pelos servidores Miguel Alteres e Emanoela Patrocínio, juntamente com o poeta cordelista Bule-Bule. O projeto conta com um bate-papo sobre literatura de cordel e shows de repente com poetas populares convidados, a primeira edição do projeto aconteceu em abril de 2018 e novas edições estão sendo planejadas para acontecerem ainda no ano de 2018, o projeto conta somente com o apoio institucional da Fundação Pedro Calmon.

Na Biblioteca Pública do Estado da Bahia há um acervo físico de cerca de 12.000 folhetos e mais de 4.200 títulos de folhetos. O Núcleo de Memória das Artes também conta com um acervo físico histórico, sendo algumas publicações em exemplares únicos (FONSECA, 2018).

O acervo conta com obras de autores consagrados, como: Leandro Gomes de Barros, João Martins Athayde, Francisco das Chagas Batista, Rodolfo Coelho

Cavalcante, João Bernardo da Silva, José Camelo Melo Rezende, Otacílio Batista, Patativa do Assaré, Cuíca de Santo Amaro, Minelvino Francisco Silva, Franklin Machado, Bule-Bule, Antonio Barreto, Ana Maria Santana, Jotacê Freitas, entre outros autores (FONSECA, 2008).

No questionário Práticas Culturais para Literatura de Cordel foi perguntado aos agentes culturais, em especial os autores dos folhetos, quais estratégias de preservação são utilizadas. 65,1% informaram que possuem arquivo pessoal, 32,6% realizam doações para bibliotecas, 27,9% digitalizam os folhetos e 9,3% catalogam as obras.

4.3 Fomento e financiamento à literatura de cordel

Os principais mecanismos de fomento ao cordel são geridos pelo Estado, que também é responsável por abarcar a promoção das demais linguagens artísticas. O modelo de financiamento e fomento cultural da Bahia é de responsabilidade da Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT). Estão incluídos na política cultural do Estado o Programa de Incentivo ao Patrocínio Cultural (FazCultura) e as linhas de apoio do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA).

O FazCultura foi criado em 1990, num momento de hegemonia do neoliberalismo (RUBIM; PAIVA NETO, 2017) com objetivo de incentivar recursos empresariais injetados na cultura. O programa que tem como finalidade o desenvolvimento da cultura, através de renúncia fiscal de impostos, nesse caso o imposto é o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços).

O Fazcultura poderia ser uma potência significativa para fomento cultural ao cordel, principalmente a vários projetos e de baixo custo, todavia não caracteriza como uma linha de apoio aos poetas cordelistas, que estão fora do padrão de incentivo fiscal, devido a políticas de patrocínio que as empresas privadas adotam, embasadas em critérios de “mercado” e do marketing cultural.

A crítica mais veemente aos incentivos é que estes beneficiariam apenas o mercado; a segunda é que os recursos poderiam ser decididos a partir de discussões políticas; e a terceira é que a concentração de recursos seja em nível territorial, de projetos ou financiadores beneficiados. (SILVA, 2017, p.19).

O Fundo de Cultura é um mecanismo de fomento cultural criado para financiar prioritariamente ações artístico-culturais à projetos e artistas que não conseguem se manter pelas lógicas do mercado (circulação, produção, consumo). O FCBA nasceu em 2005 com a finalidade de estimular essas produções culturais baianas que não possuem apelo mercadológico, entram aqui todas as linguagens artísticas: dança, literatura, teatro, música, culturas populares, culturas digitais entre outras. O fomento a estas linguagens ocorrem por meio de seleções públicas, feito pelos órgãos da Secretaria de Cultura do Estado (Fundação Cultural do Estado da Bahia, Centro de Culturas Populares e Identitárias, Fundação Pedro Calmon e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural) através dos editais setoriais.

A Fundação Cultural do Estado da Bahia, órgão vinculado à Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia, possui na sua estrutura a Diretoria das Artes (DIRART) que tem por finalidade a promoção de políticas públicas e de fomento as artes. A DIRART cuida das seguintes coordenações: Coordenação de Artes Visuais, Coordenação de Literatura, Coordenação de Dança, Coordenação de Música, Coordenação de Teatro e Coordenação de Artes Circenses. As coordenações trabalham realizando ações, projetos e programas de caráter transversal, sendo responsável pelo gerenciamento dos editais setoriais das respectivas coordenações e do edital Calendário das Artes (FUNCEB, 2014).

Os Editais Setoriais de Literatura, Dança, Audiovisual, Música, Circo, Artes Visuais e Teatro são geridos pela Coordenação de Editais, setor responsável pela formulação das seleções, contratação e acompanhamento dos projetos selecionados e financiados pelo Fundo de Cultura.

Em vez de manter assessores pulverizados nas coordenações de linguagens fazendo a gestão individual destes processos, decidiu-se pela reunião de representantes de cada área num setor único, sistematizando procedimentos, qualificando rotinas, registros e controles." (FUNCEB, 2014, p. 13).

De 2012 a 2014, estes editais investiram R\$ 39.760.000 (trinta e nove milhões e setecentos e sessenta mil reais) no fomento às artes no estado, contemplando 476 projetos. O edital Setorial de Literatura teve 475 inscritos e 51 propostas selecionadas com investimentos de R\$ 1.900.000 (um milhão e novecentos mil reais). Dos projetos aprovados no Setorial de Literatura 68,63% (35 projetos) são oriundos de Salvador e 31,37% (16 projetos) são de outras cidades (FUNCEB, 2014). Os dados nos permitem afirmar que não foi possível atingir de

maneira ampla projetos culturais oriundos de todo o Estado. Assim, a política de territorialização em números quantitativos não representou uma política cultural eficaz para distribuição de recursos públicos.

Dentre os selecionados que atingiram o cordel com investimento real do Edital Setorial de Literatura, dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2016 houve um total de oito projetos, com natureza de festivais literários, em que a literatura de cordel estava na programação, com exceção de um projeto exclusivo para criação literária de cordéis, estes oito projetos somam um recurso investido de R\$ 537.065 (quinhentos e trinta e sete mil e sessenta e cinco reais). Em 2015 não houve lançamento dos Editais Setoriais, a Secult lançou o edital Agitação Cultural, do qual apoiou um projeto literário com participação de cordelistas no valor de R\$ 75.700 (setenta e cinco mil e setecentos reais). (Fonte: Coordenação de Literatura da Funceb/Secult).

Em entrevista realizada com Ramon Paranhos, assessor da Coordenação de Literatura da Funceb, foi possível ter uma dimensão de como é dinâmica entre poetas cordelistas e o Estado na relação de fomento da literatura de popular.

De acordo com Paranhos (2017) os cordelistas se inscrevem nos editais setoriais na categoria de literatura, embora não sejam contemplados diretamente. O edital Setorial de Literatura atinge a literatura popular em versos através de projetos que sejam festivais ou eventos literários, dos quais na execução do objeto está prevista a participação de poetas cordelistas. Os fatores que podem justificar a baixa adesão são: a burocracia do modelo posto nos editais, falta de qualificação, falta de acesso à informação e inscrições somente pela internet.

Os Editais Setoriais de Literatura e o Calendário das Artes que são de responsabilidade da Funceb representam uma parcela considerável no que se refere ao financiamento cultural investidos pelo poder público para a literatura de cordel.

No Calendário das Artes os artistas cordelistas aderem mais a esta linha de fomento do que nos Editais Setoriais. “O Calendário das Artes em suas seis chamadas disponibilizou R\$ 3,653 milhões para execução de 282 projetos, em 109 dos 417 municípios da Bahia” (RUBIM; PAIVA NETO, 2017, p. 165). O Calendário das Artes também recebe mais inscrições de poetas cordelistas e mestres cordelistas da cultura popular devido a facilidade no envio das propostas (inscrição simplificada) que pode ser feita pelo meio físico ou por envio de formulário online, a simplificação para prestação de contas e territorialização do programa.

A construção do Calendário das Artes decorreu da realização entre 2011 e 2014 de quatro edições da Funceb Itinerante, caravana que percorreu cidades em todos os territórios de identidade do estado da Bahia, conversando e ouvindo as comunidades artístico-culturais, inclusive a respeito dos mecanismos de apoio e fomento à cultura. Como resultado desta ausculta, nasceu o Calendário das Artes, bem distinto do dispositivo antes existente. O novo calendário instituiu edital de incentivo a projetos artístico-culturais de pequeno porte, com valores de até R\$ 13 mil, em duas chamadas anuais. O Calendário das Artes teve como princípios orientadores: 1. Simplificação dos editais; 2. Territorialização da abrangência dos editais; 3. Ampliação e diversificação do acesso ao apoio público à cultura. (FUNCEB, 2014). (RUBIM; PAIVA NETO, 2017, p. 164).

As inscrições realizadas por poetas e mestres cordelistas são oriundas de todo o Estado, contudo há uma predominância de projetos de Salvador e região metropolitana, ou seja, uma capitalização tanto de recursos como de propostas (PARANHOS, 2017).

A Funceb, através do projeto Mapa da Palavra, realizou um mapeamento para catalogar a quantidade de artistas ligados a literatura existentes na Bahia. Foram 270 inscritos, sendo que 28 inscritos eram autores cordelistas, com predominância do gênero masculino. O Mapa da Palavra (<http://mapadapalavra.ba.gov.br/>) é um diagnóstico dos artistas da palavra espalhados pelo Estado.

O projeto Mapa da Palavra teve como produto uma revista, disponível para download no site, que contou com cinco cordelistas selecionados para publicação de suas obras. O projeto fomentou em termos de visibilidade alguns desses poetas da literatura de cordel compondo um portfólio no site. Estes artistas receberam também uma premiação em valores monetários de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada artista em participação na Feira Literária Internacional de Cachoeira - Flica. (FUNCEB, no prelo; PARANHOS, 2017).

Na pesquisa Práticas Culturais para Literatura de Cordel, os participantes foram provocados a responder três questões de múltipla escolha referente ao financiamento cultural: 1. Se já submeteu projetos solicitando financiamento através dos editais de cultura; 2. Por quais mecanismos de financiamento já foi contemplado; 3. Em qual segmento é inscrito a proposta cultural. Estas perguntas permitiram aos agentes culturais selecionarem mais de uma resposta, com o intuito de não limitá-los e ao mesmo tempo obter uma pluralidade de respostas, ação que gerou uma amplitude na porcentagem dos dados obtidos.

Na primeira questão sobre financiamento cultural, 53,5% informaram que já submeteram projetos em editais da Secult; 39,5% afirmaram nunca ter inscrito projetos; 32,6% solicitaram apoio em editais do MinC e 11,5% em editais municipais.

Chamou atenção a quantidade de respostas que afirmaram nunca ter submetido projetos, por outro lado esse dado deve ser tensionado com a relação social da literatura popular, ou seja, o cordel não é acionado somente com objetivo de execução de projetos, afinal a literatura de cordel é transversal e têm múltiplos usos e diferentes estratégias de comunicação, portanto não é uma atividade finalística e sim meio de diversas outras ações.

A respeito dos mecanismos de fomento em que os agentes culturais já foram contemplados, as respostas se demonstraram bastante pulverizadas. 34,9% apontaram que foram contemplados em editais de prêmio (Prêmio de Culturas Populares - MinC e Calendário das Artes - Funceb); 20,9% através do Fundo de Cultura, o mesmo percentual para contratação direta e também pela venda dos folhetos; 14% tiveram recursos de empresas privadas (apoio direto); 14 % também declararam que nunca tiveram financiamento; 7% para Pontos de Cultura, e 2,3% em financiamento coletivo⁸ apontado especificamente pelo poeta Bule-Bule.

De acordo com nossos informantes, os dados dessa pergunta nos permitem afirmar que o melhor modelo para financiamento cultural da literatura popular é a premiação, justamente pela simplificação de todo o processo, desde a inscrição até a prestação de contas em formato simplificado. Na Bahia este formato está presente no edital Calendário das Artes, contudo última chamada do Calendário das Artes ocorreu em 2014, deixando de beneficiar diversos projetos ligados a literatura popular nos anos seguintes.

Perguntamos em qual categoria o agente cultural insere sua proposta cultural ao escolher um segmento no momento da inscrição. 53,5% informaram que se inscrevem no segmento de literatura, 44,2% em culturas populares, 18,6% no segmento de música, caso a proposta seja de poetas repentistas e 9,2% no segmento de teatro. Os dados obtidos com essa questão dizem respeito a autodeclaração do agente cultural, portanto a classificação de que o cordel seja do segmento da literatura ou do segmento de culturas populares se mostra bastante tênue.

⁸ Em 2017 o cordelista Bule - Bule realizou uma campanha de financiamento coletivo (crowdfunding) para realização de um show de comemoração, Antônio 70, Bule - Bule 50.

4.4 Políticas culturais para o livro e leitura

As políticas relacionadas ao livro e leitura começaram avançar em nível nacional, devido a ações do MinC, durante a gestão de Gilberto Gil no governo Lula, o campo da cultura passou a enfrentar as tristes tradições de ausências, instabilidade e autoritarismos (RUBIM, 2013). É nesse cenário que surgem as mudanças mais significativas para o livro, leitura e bibliotecas com a Lei do Livro. De acordo com o doutorando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade UFBA e pesquisador do Cult/UFBA João Vanderlei de Moraes Júnior

as Políticas Culturais para o Livro, Leitura e Biblioteca ocuparam o cenário nacional a partir da implantação da Lei n.º 10.753, de 30 de outubro de 2003 – “Lei do Livro” – base para uma política duradoura para o livro e a leitura. Com a lei, acionou-se uma série de debates com intuito de elaborar um documento no qual reunisse diagnósticos da situação da leitura no país, diretrizes, objetivos e metas a serem cumpridos e avaliados a cada três anos. Este compromisso de inserir a leitura como assunto de política pública não se deu no Brasil isoladamente, surgiu do esforço de chefes de Estado de diversos países da Ibero-América reunidos em Santa Cruz de La Sierra, em 2003, para o XIII Cumbre Iberoamericana a fim de reconhecer o texto da declaração do Encontro que destacou a leitura como “un instrumento real para La inclusión social y un fator básico para El desarrollo social, cultural y econômico” e definir o ano de 2005 como o Ano Ibero-Americano da Leitura (CERLALC/OEI, 2004:12). (MORAES JÚNIOR, 2011 p. 6-7).

As políticas para o livro, leitura e biblioteca no Brasil se iniciaram com reflexos da participação de organismos multilaterais na construção de políticas culturais para acesso ao livro e promoção da leitura (MORAES JÚNIOR, 2010), como a UNESCO, Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e do Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC). Estes organismos são atores importantes na construção de cartas, declarações e diretrizes que balizam as políticas culturais que países da América Latina devem adotar para a promoção da leitura, indústria do livro e bibliotecas.

No Brasil, o Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL) foi criado em 2011 numa parceria dos Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, com 4 eixos que organizam o plano: 1. democratização do acesso; 2. fomento à leitura e a formação de mediadores; 3. valorização institucional da leitura e incremento do seu valor simbólico; 4. desenvolvimento da economia do livro. O objetivo do plano era transformar o Brasil numa nação de leitores.

Na Bahia o processo de construção de uma política cultural que atingisse ao segmento da literatura, leitura e biblioteca teve início na gestão do então Secretário de Cultura Márcio Meirelles com a primeira convocatória do setorial do livro, leitura, biblioteca e literatura. A segunda convocatória aconteceu na IV Conferência Estadual de Cultura, em Vitória da Conquista realizada em 2011, nesse momento o objetivo era consolidar o campo da literatura, em especial o setorial de literatura.

A partir dessas convocatórias houve a missão de elaborar o Plano Estadual do Livro e Leitura do Estado da Bahia (PELL-BA) com dados e diagnósticos apresentados pelos conselheiros, composto através de mecanismo colegiado do Conselho Deliberativo do Plano Estadual do Livro e Leitura (CDPELL-BA) (BAHIA, 2013). A elaboração do plano foi realizada com discussões e debates com representantes de editoras, livreiros, distribuidores, escritores, gestores públicos, educadores, bibliotecários, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade civil e uma consulta pública realizada no site da Secult-BA. O plano é coordenado pelas secretarias de cultura e educação. O PELL-BA foi elaborado seguindo as mesmas diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura (MORAES JÚNIOR, 2018).

O Plano Estadual do Livro e Leitura não cita a literatura de cordel em seu texto, assim como não estabelece metas que possam fomentar o cordel, isso se justifica pela baixa adesão de atores sociais durante as convocatórias para a elaboração do plano. A falta de vozes ativas de cordelista, da sociedade civil, produtores culturais e gestores que estivessem atentos para propor políticas culturais numa perspectiva de garantia de direitos, apoios institucionais, fomento e financiamento, provocou um distanciamento das políticas públicas balizadas por este importante documento em benefício da segmento do cordel.

Durante a primeira gestão do Conselho Deliberativo do Plano Estadual do Livro e Leitura, entre 2013 e 2016 (MORAES JÚNIOR, 2018), o cordel teve uma maior atenção devido articulações e pedidos de apoios do cordelista Paraíba da Viola, que era presidente da Ordem Brasileira dos Poetas da Literatura de Cordel e vendedor de cordéis na Banca dos Trovadores localizada em frente ao Mercado Modelo em Salvador⁹.

⁹ Desde outubro de 2013 a Banca dos Trovadores está desativada. Em entrevista ao jornal A Tarde "Paraíba da Viola, disse que o poder municipal os teria incluído indevidamente na categoria de

O apoio institucional por parte do CDPELL estava pautado em convocações e convites que privilegiasse a linguagem do cordel, pela compreensão da importância da literatura popular em verso e o entendimento da diversidade cultural baiana. É importante ressaltar que, as ações de fomento do CDPELL é uma articulação conjunta com a Fundação Pedro Calmon (FPC), unidade vinculada à Secult. As atividades são coordenadas pela FPC na Diretoria do Livro e Leitura (DLL).

Foram realizadas ações que na perspectiva de fomentar a visibilidade da literatura de cordel. Em 2013 durante a 11^o Bienal do Livro da Bahia houve na programação o espaço Praça da Poesia e do Cordel, a bienal contou com o Mestre Bule-Bule na abertura do evento, para mostrar a dimensão da cultura popular. O mesmo ocorreu em 2014 na Feira Literária Internacional de Cachoeira (FLICA), com atividades de resgate do cordel a moda antiga, levado ao mercado municipal de Cachoeira-BA, onde os cordéis foram expostos em barbantes (MORAES JÚNIOR, 2018).

O desenvolvimento das atividades objetivando a garantia da diversidade cultural baiana por parte Conselho Deliberativo esteve regido a luz das diretrizes e cartas de órgãos internacionais, como o UNESCO, a CERLALC e OEI, (MORAES JUNIOR, 2010) do mesmo modo como ocorreu no Brasil e em países da América Latina. A Bibliodiversidade é um conceito caracterizado como um fator da diversidade e identidade cultural, bem como uma das principais diretrizes para o fomento do cordel nas atividades do Conselho e da Diretoria de Livro e Leitura durante os anos de 2013 a 2016 (MORAES JUNIOR, 2018).

De esta característica del libro y del "espacio" que le es propio deberían ser conscientes los poderes públicos para promover legítimamente su desarrollo como instrumento esencial para ensanchar el territorio de la pluralidad cultural. La bibliodiversidad, término que ha hecho fortuna en poco tiempo para designar la diversidad en el mundo del libro, es un importante vector de energía del fomento y protección de la diversidad cultural propugnada por UNESCO. (SOLER, 2008, p.3)

Apesar de algumas atividades pontuais realizadas pela Fundação Pedro Calmon, através da DLL e do Conselho Deliberativo do Plano Estadual do Livro Leitura não houve uma política específica para a literatura de cordel, apenas algumas atividades pontuais, com o convite de alguns cordelistas para participação em feiras e bienais, o projeto Oficina Jornada de Leitura com a participação do poeta cordelista e educador Antonio Barreto (CARVALHO, 2018; MORAES JUNIOR,

vendedores ambulantes. "Na época, apresentei documentos, CNPJ e registro em cartório, não adiantou de nada"(A TARDE, 2014).

2018). Atualmente o conselho não está ativo, tal atitude que causa instabilidades institucionais (RUBIM, 2013) através de interrupções de ações que caracterizem uma política cultural na promoção do livro e leitura no Estado.

4.5 Políticas de formação e economia criativa

A economia da cultura é pautada pela dimensão econômica no entendimento do MinC sobre as três dimensões da cultura. “Este engloba criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam o conhecimento, a criatividade e o ativo intelectual como principais recursos produtivos” (BAHIA, 2014, p.16).

A Bahia possui desde 2014 o Escritório Bahia Criativa #incubadora, o projeto é um convênio da Secretaria de Cultura com Ministério da Cultura. O escritório tem como finalidade o desenvolvimento da economia criativa no Estado. Na estrutura da Secult, o escritório é uma atividade finalística executada pela Diretoria de Economia da Cultura da Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT).

A Secult tinha um outro projeto anterior ao Bahia Criativa chamado Qualicultura (VISCARDI, 2018). O projeto era uma parceria da Secretaria com o SEBRAE que tinha como finalidade oferecer cursos de formação para artistas, produtores culturais, gestores, profissionais liberais entre outros agentes que atuassem na cadeia da economia criativa nas diversas áreas como música, gastronomia, design, moda, publicidade, TV e rádio, animação e jogos eletrônicos, etc. Os cursos oferecidos pelo Qualicultura eram: financiamento cultural, elaboração de projetos, gestão cultural entre outros.

O Escritório Bahia Criativa #incubadora foi inaugurado em 14 de maio de 2014, no Forte do Barbalho em Salvador. O projeto faz parte do programa Brasil Criativo do Ministério da Cultura, este projeto do MinC é um edital que contempla incubadoras em parceria com secretarias de cultura estaduais com a finalidade de contribuir com a diversificação do empreendedorismo e inovação no campo da cultura.

O projeto Bahia Criativa tem como objetivo oferecer cursos de formação, capacitação, assessoria e consultorias individuais e coletivas para produtores e agentes culturais em todos os 27 territórios de identidade do Estado. A finalidade é

atingir empreendimentos e empreendedores criativos, bem como auxiliar estes empreendedores no processo de captação de recursos e procedimentos (elaboração de projetos e prestação de contas) para solicitação de financiamento cultural.

Dentro do cenário nacional o Escritório Bahia Criativa #incubadora teve destaque pela sua atuação na realização de cursos, oficinas, palestras e consultorias individuais e coletivas. Em 2015 o projeto foi novamente contemplado pelo edital Brasil Criativo e firmado convênio com o MinC. Porém o convênio foi cortado com o Ministério após a mudança de governo ocorrida no ano de 2016 com o impeachment de Dilma Rousseff. Atualmente o Escritório está sem atividades presenciais (VISCARDI, 2018). Novamente uma situação de instabilidade (RUBIM, 2013) e de interrupção de políticas na área da cultura.

O poeta cordelista pode ser empreendedor criativo que se utiliza da sua criatividade intelectual para compor seus versos e rimas. A finalidade é a venda dos mesmos e a difusão do cordel nos mais variados espaços e esferas sociais. Por outro lado a venda dos folhetos não configura como um sustento do cordelista, ou mesmo ganho de lucro (circulação, distribuição e custos de produção).

A pesquisa Práticas Culturais para Literatura de Cordel, apontou quase 100% dos que responderam o questionário não conseguem se manter somente com a venda dos folhetos (apêndice C), algumas hipóteses que justificam são o baixo valor de venda dos folhetos e a disseminação do cordel na internet com distribuição de forma gratuita. De acordo com nossos informantes, o poeta cordelista necessita buscar outras formas de sustento, e mesmo desenvolver outras atividades para garantir o seu sustento. Isso demonstra que o cordel não faz parte da indústria cultural, ou seja, não possui apelo mercadológico.

É nesse momento que devem surgir políticas públicas para dar suporte e apoio a estes produtores de cultura popular. A política cultural deve ser caracterizada a partir de ações que fomentem e garantam a sustentabilidade da literatura de cordel. As ações do Bahia Criativa, nessa perspectiva, configura-se como uma solução para profissionalização do setor, por meio das atividades de formação, e conseqüentemente o desenvolvimento da cadeia produtiva e econômica.

Por outro lado, o Escritório Bahia Criativa não realizou ou teve ações focadas para literatura de cordel. O objetivo principal do escritório é capacitar

empreendedores criativos, a partir de uma demanda de procura do agente cultural (VISCARDI, 2018).

Os resultados da pesquisa realizada indicam a falta de profissionalização do cordelista e produtores culturais no campo da literatura de cordel. Apesar de não representar a totalidade, os dados demonstram uma parcela considerável. 40% revelaram que nunca fizeram qualquer curso de formação; 37,5% já fizeram cursos de elaboração de projetos; 22,5% se profissionalizaram em economia criativa; 20% já realizaram cursos na área de prestação de contas, captação de recursos, marketing cultural, gestão e financiamento de projetos; 17,5% em empreendedorismo; 15% buscaram especialização em uso de mídias sociais. O questionário permitiu novamente uma ampliação na possibilidade de respostas, visto que os agentes poderiam selecionar mais de curso ou atividade de formação.

O exemplo do poeta Bule-Bule é interessante do ponto de vista da sua dinâmica, o poeta não realizou cursos de formação ou capacitação, em contrapartida a equipe do poeta tem se profissionalizado na área. Paulo Azevedo, filho e produtor cultural do poeta e repentista Bule-Bule que atua na cidade de Camaçari, Região Metropolitana de Salvador, foi um dos agentes culturais que buscou capacitação no Bahia Criativa, ele pontua a importância do projeto para definir estratégias de valorização da imagem de Bule-Bule. (BAHIA, 2016).

4.6 Pontos de Cultura

Os Pontos de Cultura são entidades, grupos e coletivos que desenvolvem atividades culturais em seus territórios e comunidades reconhecidos e certificados pelo MinC. Os Pontos de Cultura fazem parte do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva do Ministério da Cultura, o programa foi criado em 2004, durante a gestão de Gilberto Gil a frente da pasta da cultura.

Nesse sentido, a criação do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – o Cultura Viva ganha destaque. Com propósitos de se colocar como espaço para a conquista da cidadania e tornar-se um instrumento para a superação da exclusão social (BRASIL, 2006), o programa reconheceu o papel estratégico da cultura como base da construção e preservação das identidades brasileiras. (SILVA, 2016, p. 665)

Na Bahia, os Pontos de Cultura existem desde 2008 e se espalham por todo o Estado formando uma rede que atualmente conta com 270 Pontos de Cultura, os Pontos desenvolvem atividades culturais e de formação, como oficinas nas diversas linguagens e segmentos culturais.

A Bahia foi protagonista da primeira experiência de estadualização do Programa Mais Cultura/MINC. Como experiência pioneira, tivemos o privilégio de colaborar com o Ministério da Cultura no processo de construção dos Editais de Pontos de Cultura realizados em parceria com os Estados brasileiros. (BAHIA, 2011, p.15).

Os projetos são contemplados após receberem certificação do Ministério da Cultura e serem aprovados através edital. Cada Ponto firma o Termo de Compromisso Cultural e recebe um recurso de R\$ 180 mil reais para executar as atividades culturais durante três anos, sendo este valor liberado em três parcelas anuais de R\$ 60 mil reais, mediante prestação de contas apresentadas e aprovadas previamente.

O investimento nos Pontos de Cultura parte de um convênio entre a União e o Governo do Estado da Bahia, do qual a União arca com 2/3 e o Estado investe 1/3 com recursos da Fonte de Investimentos do Governo do Estado (MAGALHÃES, 2018).

O perfil predominante dos Pontos de Cultura no Estado da Bahia são associações de moradores, sindicatos, comunidades quilombolas e indígenas e associações de mulheres (CANDIDO, 2018). “De acordo com os conceitos básicos dos criadores do programa, o Ponto de Cultura está apoiado em quatro pilares conceituais: autonomia, protagonismo, empoderamento e gestão compartilhada.” (SILVA, 2016, p.662). Para participar do programa estas entidades necessariamente precisam ser constituídas juridicamente e ter atividades desenvolvidas por no mínimo dois anos.

O Programa Cultura Viva foi elaborado dentro desta outra ótica sobre cultura, com especial foco na descentralização dos recursos do Minc, possibilitando que grupos aliados historicamente do acesso às verbas públicas pudessem se beneficiar com o financiamento público e desenvolver seus trabalhos, fortalecendo assim suas comunidades, práticas tradicionais e fazeres e saberes ancestrais. (LIMA, 2016, p.170)

Os Pontos de Cultura são acompanhados pela Diretoria de Cidadania Cultural (DCC) na Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (SUDECULT). Cabe a DCC além de acompanhar a atuação e as atividades desenvolvidas nos pontos, realizar a promoção da articulação dos Pontos de Cultura em redes, promovendo encontros, fóruns, palestras e atividades de formação. A Diretoria de

Cidadania Cultural é responsável também pela análise da prestação de conta dos projetos. A DCC possui um canal de atendimento mais próximo com os proponentes e produtores culturais dos Pontos de Cultura, através de mensagens de aplicativo (Whatsapp), e-mail e telefone (CANDIDO, 2018).

Dos 270 Pontos de Cultura espalhados pela Bahia, existem 28 Pontos (fonte: DCC/SUDECULT/SECULT) que desenvolvem atividades que possuem alguma relação com a literatura de cordel. Vale ressaltar que a maioria desses projetos são ligados ao segmentos de leitura e literatura, biblioteca, multilinguagem, culturas populares, formação, cursos e manifestações culturais. Estes pontos estão distribuídos em 14 territórios de identidade do Estado.

Dos 28 Pontos que trabalham com o cordel, é importante ressaltar que a literatura de cordel se apresenta numa perspectiva de transversalidade, ou seja, o cordel aparece como uma estratégia de formação ou de comunicação em ações pontuais desenvolvidas pelos pontos.

O melhor exemplo para ilustrar a atuação de Pontos de Cultura com atividade predominantemente da literatura popular em versos vem da cidade de Ilhéus - Bahia, gerenciado pela Mestre em cultura popular, Janete Lainha. Janete é cordelista, xilografa, atriz, gestora cultural, conselheira de cultura e mestra em culturas populares com 35 anos de experiência.

O Ponto de Cultura Literatura de Cordel para Todos localizado em Ilhéus é um projeto cultural que privilegia a linguagem da literatura de cordel, o ponto conta com a gestão da Mestre Janete Lainha e oferece oficinas de literatura de cordel, xilogravura, peças teatrais cordelizadas, leituras dramáticas e contação de histórias. O projeto também realiza exposições literárias e feiras de literatura de cordel para toda comunidade. Ponto de Cultura Literatura de Cordel para Todos é ainda um espaço para residência artística para pesquisadores, produtores culturais, cordelistas e artistas. A atuação de destaque da Mestre Lainha tem tornado o projeto como referência para a cultura popular na cidade de Ilhéus.

O apoio institucional do poder público no fomento das ações que já são desenvolvidas pela sociedade civil, demonstra caminhos possíveis da consolidação de uma política regida pela diversidade e participação da sociedade na política cultural, como reforça Márcio Meirelles ex-secretário de cultura da Bahia

A cultura é produzida pela sociedade. E Pontos de Cultura são, fundamentalmente, iniciativas da sociedade. Pessoas que se organizam e que concretizam ações culturais para a sociedade. E o Estado reconhece

essas iniciativas como importantes, úteis para o desenvolvimento humano, apoiando-as tanto na consecução de suas metas, como na melhoria da gestão. Apoio que retorna à sociedade sob forma de serviços e produtos mais qualificados e com maior abrangência. (MEIRELLES, 2011, p. 11)

4.7 O cordel e a cultura popular

A literatura popular em verso é classificada em duas grandes áreas de segmentos culturais, sendo eles: literatura e culturas populares. São nestes dois segmentos que a literatura de cordel se legitima. O cordelista tem a livre escolha de se autodeclarar como um mestre da cultura popular ou poeta de literatura, ou ainda se afirmar em ambas identidades, essa constatação ficou clara na pesquisa deste trabalho. É também nestes segmentos em que o cordel encontra fomento cultural, apoio financeiro e institucional do poder público.

Este trabalho buscou ter uma atenção especial sobre o cordel relacionado à cultura popular, visto que esta é uma definição trazida pelos próprios poetas cordelistas. Entendemos cultura popular como práticas culturais do saber tradicional, preservado pela tradição oral. A cultura popular é

o conjunto de conhecimentos e práticas vivenciadas pelo povo, embora possam ser vividos e instrumentalizados pelas elites. Pense-se no candomblé, no carnaval, na feijoada, nos usos folclóricos, no jogo do bicho e na capoeira. (...) Cultura popular simplesmente [é] o que é espontâneo, livre de cânones e de leis, tais como danças, crenças, ditos tradicionais. (...) Tudo que acontece no país por tradição e que merece ser mantido e preservado imutável. (...) Tudo que é saber do povo, de produção anônima ou coletiva. (VANNUCCHI, 1999, p. 98 apud ASSIS, 2008, p.2).

Consideramos também o conceito do saber popular (ARAÚJO, 2007) para relacionar o cordelista, como um artista imerso nas culturas populares e tradicionais, ou seja, a interpretação de mundo onde estes sujeitos estão inseridos, um saber que se renova e se recria diariamente e que gera a construção do conhecimento e saber popular.

Partindo dessa perspectiva, buscamos identificar quais são os mecanismos de fomento que o Estado destina para as culturas populares e conseqüentemente a literatura popular em verso. O Ministério da Cultura possui o Prêmio de Culturas Populares que é um edital de premiação para fortalecer e dar visibilidade à pessoas

físicas e jurídicas que desempenham atividades culturais em todo o país, sendo contemplado o cordel, o maracatu, a quadrilha, o bumba meu boi, o cortejo de afoxé entre outras manifestações populares. O Prêmio de Culturas Populares está na sexta edição, e homenageia em cada premiação uma figura representativa da cultura popular brasileira. Em 2017 o cordelista paraibano Leandro Gomes de Barros, considerado um dos maiores poetas populares do seu tempo, foi homenageado. Em 2018 o edital de premiação irá contemplar 500 iniciativas de mestres, mestras, grupos e instituições privadas sem fins lucrativos, os vencedores vão receber R\$ 20.000 (vinte mil reais) (BRASIL, 2018).

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia possui o Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), localizado no Pelourinho em Salvador, que tem como atividade principal o fomento às culturas tradicionais, manifestações populares e identitárias baseado no entendimento da dimensão simbólica. O CCPI nasceu a partir da demanda da sociedade civil, que na II Conferência Estadual de Cultura, que aconteceu em 2007 na cidade de Feira de Santana, indicou a cultura popular como prioridade.

O centro trabalha no fomento de atividades do Pelourinho, com a dinamização cultural do Centro Histórico, promoção de diálogo e políticas públicas para culturas étnicas, de gênero e LGBT, culturas sertanejas, festas e celebrações populares.

É de responsabilidade do CCPI a gestão dos editais setoriais de Culturas Populares, o Edital Culturas Identitárias e o Edital Setorial de Culturas Populares – Versão Simplificada, que contempla projetos aprovados por comissão formada por pessoas do poder público e sociedade civil. Os editais contam com recursos financeiros do Fundo de Cultura da Bahia, e tem como público alvo os mestres e mestras, grupos e instituições pertencentes às culturas populares tradicionais.

Os editais setoriais de Culturas Populares, Culturas Identitárias e Culturas Populares – Versão Simplificada possuem como unidade executora o CCPI, porém não são regulares, o último edital foi lançado em 2016. O mecanismo de seleção pública oferece ao proponente a possibilidade de inscrição simplificada, ou seja, o artista da cultura popular pode enviar sua inscrição por meio de formulário físico, em áudio ou vídeo através de CD ou DVD, no qual o proponente responde um roteiro de 28 perguntas ou enviando a proposta pela internet, através do Sistema de Informação e Indicadores Culturais – Clique Fomento (SIIC/Clique Fomento).

Por outro lado, a prestação de contas não é simplificada, sendo o agente da cultura popular obrigado a submeter a sua prestação de contas (relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira) como prevista no Decreto Estadual nº 17.091/2016. Sabemos que o atual modelo gera distorções no momento da prestação de contas, “tema sempre problemático para determinados setores populares, que não dominam os complicados aspectos contábeis, nem tem recursos para contratar um contador” (RUBIM; PAIVA NETO, 2017, p. 165). O fato é que o atual modelo acaba beneficiando as produtoras culturais, que já dominam o mecanismo, ao invés do público alvo das políticas públicas nesse modelo de financiamento cultural (PINHO, 2018; SÁ, 2018).

A crítica feita a política cultural desenvolvido pelo Centro de Culturas Populares e Identitárias está alicerçada no atual modelo de fomento e financiamento cultural para as culturas populares e identitárias. A política dos editais setoriais, apesar de ser democrática, não configura um meio acessível para artistas, mestres e mestras das culturas populares tradicionais para acessarem o mecanismo, visto que parte dos agentes de culturas tradicionais não dominam o mecanismo do edital, em especial na prestação de contas, ou até mesmo nunca haviam estabelecido relação com o Estado.

Uma alternativa para suprir essa falha seria a não exigência da prestação de contas, ou prestação de contas simplificada, sendo acatado pelo poder público o relatório fotográfico e de vídeos que comprovem a execução do projeto cultural, como é feito no Calendário das Artes, programa de fomento desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado (Funceb) em que se verifica exclusivamente o cumprimento do objeto.

O poeta cordelista e mestre da cultura popular acaba sendo também barrado pela burocracia do acesso ao recurso público gerenciado pelo CCPI, visto que esta é a única forma de acesso ao financiamento cultural, como diretriz que orienta a atuação do Centro. Em entrevista realizada com Simone Pinho e Cristina Sá, servidoras estaduais da Secretaria Estadual de Cultura, foi informado que o poeta cordelista não tem buscado o CCPI e há uma baixa adesão na inscrição dos poetas de cordel nos Editais Setoriais de Culturas Populares, por outro lado tem havido uma crescente procura por artistas repentistas, na busca por apoios institucionais em apresentações artísticas no Centro Histórico da capital baiana (PINHO, 2018; SÁ, 2018).

É necessário se repensar a maneira de garantir o apoio do Estado às culturas populares, incluindo-se a literatura de cordel. O exemplo do MinC com edital de premiação para iniciativas de pessoas que desenvolvem atividades culturais populares configura como uma opção para esquivar-se da burocracia dos editais setoriais. Criar novas formas de fomento e financiamento com diversidade de fontes e procedimentos (RUBIM; PAIVA NETO, 2017) é imprescindível para o desenvolvimento da cultura popular e da literatura de cordel. O modelo de distribuição de recursos através do Calendário das Artes, também se mostrou uma alternativa eficaz no combate a burocracia imposta nos modelos tradicionais de seleção pública, que recorrentemente acaba afetando os setores das culturas populares e identitárias. Contudo desde 2014, o edital de premiação da Funceb não é mais lançado, tal atitude demonstra ausências e instabilidades (RUBIM, 2013) na busca por soluções em benefício as culturas populares.

Nesse sentido a execução uma política cultural deve ser alicerçada na diversidade cultural, valorizando as expressões, os fazeres e saberes tradicionais. Para o autor José Márcio Barros, coordenador do Observatório da Diversidade Cultural

a Diversidade Cultural é diversa, ou seja, não se constitui como um mosaico harmônico, mas um conjunto de opostos, divergentes e contraditórios. A Diversidade Cultural é cultural e não natural, ou seja, resulta das trocas entre sujeitos, grupos sociais e instituições a partir de suas diferenças, mas também de suas desigualdades, tensões e conflitos. A Diversidade Cultural se apresenta, portanto, como uma resposta, uma procura deliberada, e não apenas uma constatação antropológica. É o resultado de uma construção deliberada, e não apenas um pressuposto, um ponto de partida. Um projeto, e não apenas um inventário. (BARROS, 2008, p. 18-19).

4.8 Participação social na construção de políticas culturais para à literatura de cordel

Como previsto na Lei Orgânica da Cultura, a Conferência Territorial de Cultura é uma das etapas da Conferência Estadual de Cultura da Bahia, nela são realizados debates e encaminhado propostas dos 27 territórios de identidade. A Secretaria de Cultura elaborou em 2013 uma coletânea com 27 livros, equivalente a cada um dos territórios espalhados pelo Estado. Em cada livro foi indicado propostas de ações e políticas culturais para os territórios que foram eleitas durante a II e IV Conferências

Territoriais. As publicações apresentam demandas escolhidas pelos municípios que compõem cada território e respostas que foram direta ou indiretamente atendidas pela Secult, poder público municipal e sociedade civil. (BAHIA, 2013).

A seguir serão apresentadas as demandas elencadas pelos territórios de identidade que tangenciam a literatura de cordel, o repente e a xilogravura, como pode ser observado no Quadro 1:

Quadro 1 – Demandas para literatura de cordel

Território de Identidade / Municípios	Demandas	Resposta
Território de Identidade Piemonte Paraguaçu, formado pelos municípios de: Boa Vista do Tupim, laçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha e Tapiramutá.	Os municípios deste território indicaram como demanda a publicação de uma coletânea de cordel envolvendo participantes deste território.	A Secult respondeu que este projeto conta com o apoio de dois editais: Publicação de Livros por Editoras Baianas, com recursos de R\$ 700 mil em 2012, e o Setorial de Literatura, com recursos de R\$ 1,2 milhão em 2012.
Território de Identidade Sertão do São Francisco, formado pelos municípios de: Campo Alegre de Lurdes, Canudos, Casa Nova, Curaça, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá.	Os municípios deste território indicaram como proposta a construção de uma escola profissionalizante na área de artes visuais com xilogravura entre outras. Outra demanda indicada foi o fomento à festivais ou encontros de arte e cultura do território. Ainda foi reivindicado a criação de um fundo de fomento destinado à cultura popular,	Em resposta a Secult informa que não dispõe de recursos para construção e manutenção de escolas profissionalizantes. Sobre o fomento à festivais a Secult respondeu que em 2012 contemplou o projeto Festival de Repente Rap (Festival que reúne cordelistas, repentistas e cantadores) com R\$ 60 mil investidos, no ano seguinte houve incentivo da Secretaria de Cultura. a Secretaria em resposta informou que em 2008, através do Edital Manifestações Culturais Tradicionais e Contemporâneas, foi realizado segundo Festival de Poesia Repentista do Território do Sertão do São Francisco, que recebeu apoio financeiro de quase R\$ 10 mil

Território de Identidade Bacia do Rio Corrente, formado pelos municípios de: Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho.	Os municípios deste território indicaram como demanda a criação de uma feira literária da Bacia do Rio Corrente, incentivando a leitura de poesia, cordel e contos.	Em resposta a Secult indicou como resolução o edital Setorial de Literatura e o Edital de Territórios Culturais que poderiam contemplar esse projeto.
Território de Identidade Chapada Diamantina, formado pelos municípios de: Abaíra, Andaraí, Barra de Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itatê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio das Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner	Os municípios deste território indicaram como reivindicação a publicação de obras literárias de escritores locais e apresentação de repentistas e cordelistas.	A resposta dada foi que existe o Edital Setorial de Literatura e o Calendário das Artes que desde 2012 contempla projetos dessa natureza.
Território de Identidade Irecê, formado pelos municípios de: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibitá, Ipupiara, Irecê, Itaguacú, da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu, do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique.	Os municípios deste território indicaram como demanda o incentivo na publicação de livros e contos orais de poetas cordelistas do território.	A Secretaria em resposta informou que o Edital Setorial de Literatura e o Calendário das Artes, gerido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia contempla todas essas linguagens artísticas.
Território de Identidade de Itaparica, formado pelos municípios de: Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas.	Os municípios deste território indicaram como proposta o incentivo à literatura de cordel com a publicação de obras do gênero.	Para esta demanda a Secult indicou o Edital Setorial de Literatura, lançado em 2012 com aporte financeiro total de R\$ 1,2 milhão para contemplação de projetos na área de edição e publicações literárias.

Fonte: Elaboração do autor com base na publicação Conferência Territorial de Cultura (BAHIA, 2013).

Os demais territórios de identidade também indicaram propostas e demandas que atinjam o cordel, embora sem citar diretamente a literatura popular. A indicação

de fomento às culturas populares, aos saberes e fazeres de mestres e mestras, foi recorrente em todos os territórios. A solução dada pela Secretaria é que o Estado criou o Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI) para fomentar as culturas populares e os editais Setoriais de Culturas Populares, em financiamento de projetos. Contudo, a atuação do CCPI ainda não configurou uma alternativa eficaz de fomento aos setores de culturas populares e da literatura de cordel, como foi diagnosticado durante o processo de composição deste trabalho acadêmico.

4.9 Mapeamento das Práticas Culturais da Literatura de Cordel

A pesquisa Práticas Culturais para Literatura de Cordel buscou realizar um mapeamento geográfico para identificar onde se localizam os agentes culturais que responderam ao questionário. O mapeamento permitiu identificar um circuito das práticas culturais desses agentes, distribuídos pelas regiões norte, centro norte baiano, centro sul, extremo sul, Salvador e região metropolitana e recôncavo baiano.

Em relação ao alcance geográfico da pesquisa foi atingido 14 Territórios de Identidade e 24 municípios baianos. Esses municípios ajudam a compreender o circuito das práticas culturais espalhadas pela Bahia e montar um diagnóstico acerca da territorialidade das políticas culturais no Estado.

A cidade de Salvador concentrou o maior número de respostas, sendo 13 no total, concomitantemente esse dado corrobora com a quantidade de projetos que são aprovados nos editais Setoriais de Literatura, que possuem sua maior parte concentrados na capital baiana, 57,05% dos projetos aprovados no Edital Setorial de Literatura nos anos de 2012 a 2014 eram oriundos de Salvador. (FUNCEB, 2014).

As cidades listadas no Quadro 2 representam os locais de atuação cultural dos agentes, sendo que alguns realizam suas práticas em mais de uma cidade. Contudo a pesquisa não alcançou agentes culturais oriundos da região Oeste da Bahia, algumas hipóteses que justificam isso são: 1. dificuldade de acesso a internet em municípios do interior; 2. dificuldades no domínio do uso da ferramenta; 3. falta de estímulo em responder o questionário. As limitações do mapeamento nos permitem afirmar que um estudo de campo seria a opção mais eficaz para atingir a

finalidade do presente trabalho, em contrapartida esse diagnóstico teve como objetivo colaborar com a construção de conhecimento empírico sobre os circuitos de práticas culturais para a literatura de cordel na Bahia, e ainda apontar caminhos possíveis para um aprofundamento em novos mapeamentos que venham ocorrer. Segue abaixo o quadro do mapeamento:

Quadro 2 – Municípios de atuação dos agentes culturais

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS
Região Metropolitana de Salvador	Salvador (13), Camaçari (01), Itaparica (01)
Sertão do São Francisco	Juazeiro (04)
Sertão Produtivo	Urandi (01), Brumado (01)
Chapada Diamantina	Lençóis (01), Iramaia (01), Morro do Chapéu (01), Bonito (01)
Piemonte da Diamantina	Jacobina (01)
Sisal	Serrinha (01), Tucano (01)
Bacia do Jacuípe	São José do Jacuípe (01), Várzea da Roça (01)
Portal do Sertão	Feira de Santana (02)
Piemonte Norte do Itapicuri	Senhor do Bonfim (01), Jaguarari (01)
Litoral Norte e Agreste Baiano	Alagoinhas (01), Aporá (01)
Médio Sudoeste da Bahia	Potiragua (01)
Litoral Sul	Ilhéus (01)
Extremo Sul	Caravelas (01)
Semiárido Nordeste II	Cipó (01)

Fonte: Elaboração do autor com base nas respostas do questionário Práticas Culturais para Literatura de Cordel

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou um maior aprofundamento nos estudos sobre políticas culturais no Brasil e na Bahia, e quais destas ações entendidas aqui sob a perspectiva da política cultural em fomento e financiamento atingem a literatura de cordel no Estado da Bahia. Além disso, foi possível a realização de uma pesquisa, disponibilizada em formato online, da qual permitiu coletar dados de poetas cordelistas, produtores culturais, escritores entre outros atores sobre suas práticas culturais com a literatura popular e se as políticas culturais chegam até esses agentes da cultura.

A literatura de cordel desde a sua chegada ao Brasil, trazida pelos nossos colonizadores vem sendo reconfigurada a partir das práticas culturais de cada indivíduo, seja o poeta cordelista, o produtor cultural, o leitor, o pesquisador, um apreciador. O cordel antes vendido em feiras, pendurados em cordões, daí o nome literatura de cordel, acompanhou as mudanças da sociedade. Hoje o cordel também está presente na internet, nas escolas, em hospitais, em propagandas, no audiovisual, nas feiras e bienais, etc., contudo sem perder a sua estética e essência, e o que de fato observamos é uma literatura popular que está em constante atualização, se adequando aos novos ambientes virtuais e reais, mas sem perder a originalidade do fazer poético nos versos e rimas.

Os resultados da pesquisa permitiram compreender que o cordel é um organismo vivo dentro da cultura nordestina e brasileira, que é usado de diversas formas nos mais variados ambientes sociais, como na educação, no teatro, em festivais, nas feiras populares e feiras literárias, nas redes sociais. A literatura popular é uma estratégia de comunicação, que é utilizada como meio de se atingir diversas finalidades, contudo nunca é o fim em si mesmo.

Atualmente, o cordelista não é somente um poeta popular, exclusivamente. Esse agente é múltiplo de tarefas, desempenha outras atividades, afinal o cordel não é autossustentável, como apontaram os próprios agentes culturais que responderam ao questionário. Aqui se justifica a importância da política cultural no aporte à literatura popular, que ainda é insuficiente para dimensão que o cordel ocupa nos ambientes sociais.

Nossos informantes reiteram que o fomento e financiamento destinado ao cordel precisam ser discutidos, desburocratizados e descentralizados (apêndice B). O modelo de fomento através de prêmios tem se mostrado uma saída bastante justa para as culturas populares e para o cordel. O diálogo com as comunidades através das conferências têm trazido bons resultados nesse sentido com uma política mais plural, cidadã e justa.

Por este motivo, é importante visualizar a potência das políticas públicas, em especial a necessidade em se ajustar o modelo de diretriz que é atualmente exercido pelo Centro de Culturas Populares e Identitárias. O CCPI pode trazer mudanças efetivas na relação entre Estado e artistas cordelistas, e se caracterizar como um modelo de apoio e aporte financeiro através de seleções menos complicadas e prestações de contas também simplificadas.

Ficou evidente na pesquisa que os artistas da cadeia produtiva da literatura popular são mais atingidos pelas seleções mais simplificadas, observamos que o Calendário das Artes sintetiza esse diagnóstico e demonstra a necessidade da continuação do processo, que desde de 2014 não realiza mais chamadas.

As entrevistas realizadas foram fundamentais para aprofundar no tema e provocar reflexões aos gestores públicos sobre atuação do Estado na criação de políticas culturais destinadas ao cordel. Como foi possível visualizar, não há uma política específica para a literatura de popular em verso, as instabilidades que assombram as políticas culturais no Brasil e na Bahia, deixaram marcas profundas de retrocesso em todos os setores, inclusive no cordel. Aqui podemos citar, a título de exemplo, o fim da Divisão da Literatura de Cordel em 1991 e o fim da Banca dos Trovadores em 2013.

A contribuição deste trabalho consiste ainda em apontar a necessidade de se estabelecer uma maior atenção com o acervo de folhetos existentes na Biblioteca Central. O acervo constitui um patrimônio extremamente valioso, que necessita de dinamismo e publicização, bem como trazer a luz a necessidade da implementação de programas e projetos de governo permanente, com a finalidade de preservar a literatura popular para as próximas gerações, através de ações de cooperação entre Estado e os agentes culturais (apêndice D).

Este trabalho possibilitou ainda avaliar as políticas culturais exercidas pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, recentemente recriada, que através de esforços vêm fomentando a cultura a partir do entendimento de uma cultura cidadã,

mas que ainda precisa ser mais setorizada e desenvolver ações com metas mais específicas para cada linguagem artística e suas ramificações.

O questionário Práticas Culturais para Literatura de Cordel, foi uma ferramenta importante para reflexão das políticas de fomento e financiamento, que possibilitou ainda realizar um mapeamento do circuito das práticas culturais da literatura popular no Estado. Nosso contato com os agentes culturais se deu através do questionário que foi disponibilizado via internet, situação que gerou algumas limitações - dificuldade de acesso a internet em municípios do interior, como ficou demonstrado pelas poucas respostas do oeste da Bahia, ou ainda as dificuldades no domínio de uso da ferramenta. Para isso, seria necessário uma pesquisa de campo para obter dados mais precisos.

Por outro lado os dados obtidos permitiram a partir de uma amostragem identificar a diversidade da literatura popular, através das estratégias utilizadas por cada agente cultural e a relação desses atores com o fomento e financiamento cultural. Nesse sentido é pertinente refletir sobre o modelo imposto na política cultural baiana, e sobretudo a descontinuidade de ações efetivamente plurais e dinâmicas para os folhetos, a exemplo da extinção da Divisão da Literatura de Cordel.

Este estudo buscou colaborar para a construção do conhecimento mais consistente sobre tema, do mesmo modo esta monografia é um ponto de partida para estudos mais aprofundados sobre as políticas culturais na Bahia para literatura de cordel, com levantamento de dados quantitativos e qualitativos. Abre ainda um leque de questões que podem ser refletidas, nesse sentido podemos sugerir um maior aprofundamento através de estudos acadêmicos sobre as políticas culturais para literatura popular nos 417 municípios baianos. A construção sólida de pesquisas acadêmicas na área pode tornar a Bahia um estado pioneiro na elaboração de políticas culturais setorizadas com base em estudos, à exemplo das contribuições desta monografia, que pode permitir ao gestor público uma visão mais sensível para as reais necessidades da literatura popular em verso.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LITERATURA DE CORDEL. **Dicionário Brasileiro de Literatura de Cordel**. Rio de Janeiro. Academia Brasileira de Literatura de Cordel, 2005.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LITERATURA DE CORDEL. **Estatuto**. Disponível em: <<http://www.ablc.com.br/a-ablc/estatuto/>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LITERATURA DE CORDEL. **História do Cordel**. Disponível em: <<http://www.ablc.com.br/o-cordel/historia-do-cordel/>>. Acesso em: 19 de mar. 2017.

ALMEIDA, Carol. Entrevista concedida à Marcio Lima. Salvador, 12 jun. 2018.

ALMEIDA, Telma Rebouças. Versos revestidos de lirismo no cordel do sertão da Bahia. In: FREIRE, Alberto (org). **Culturas dos Sertões**. Salvador, Edufba, 2014.

ARAÚJO, Patrícia Cristina. **A cultura dos cordéis**: território(s) de tessitura de saberes. 2007, 259 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ARAÚJO, Sérgio Sobreira. **Produção cultural no contexto das políticas públicas**: uma análise da trajetória do teatro baiano profissional no período de 1988 a 2010. 2011, 205f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal da Bahia. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8673>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

ASSIS, Cássia Lobão. **Estudos contemporâneos da cultura**. Campina Grande: UFPB/UFRN, 2008. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-20Material/Estudos_Contemporaneos_Cultura/Est_C_C_A12_J_GR_260508.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BAHIA, Governo do Estado. **Bahia Criativa**: diretrizes e iniciativas para o desenvolvimento da economia criativa na Bahia. Salvador, 2014.

BAHIA, Governo do Estado. **Escritório Bahia Criativa #incubadora** Balanço das ações 2014-2016.

BAHIA, Governo do Estado. **Bahia Criativa**: Apresentação. Disponível em: <<http://www.bahiacriativa.ba.gov.br/apresentacao/>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

BAHIA, Universidade Federal. **Regulamento do Cult**. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/cult_regimento.htm>. Acesso em 28 mai. 2018.

BAHIA, Governo do Estado. **Plano Estadual do Livro e Leitura da Bahia**. Salvador: Governo do Estado da Bahia. 2013. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/PLANO_ESTADUAL_DO LIVRO LEITURA PELL BAHIA.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.

- BAHIA, Secretaria de Cultura. **Pontos de Cultura da Bahia**. Salvador, 2011. Disponível em: <http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/publicacoes/SCC/Pontos_Cultura_Bahia_2011.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. **Bahia Terra da Cultura**. Salvador, Secult, 2013.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. **Estrutura**. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>>. Acesso em 02 de mai. 2018.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: 26 de mai 2018.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. **Conselho de Cultura: Conselheiros**. Disponível em: <<http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>>. Acesso em: 03 de mai. 2018.
- BAHIA, Secretaria de Cultura. **Conferência Territorial de Cultura 2013**. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Salvador, 2013.
- BAHIA, Secretaria de Cultura. **Relatório de atividades 2007/2009**: Cultura é o quê?. Salvador, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2009. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/RelatorioSECULT_2007_2009.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- BAHIA. **Lei Orgânica da Cultura da Bahia**, de 30 de nov. de 2011. Salvador, nov 2011.
- BARBALHO. Alexandre. Política Cultural. In: **Coleção Política e Gestão Culturais**. Salvador, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013.
- BARROS, José Márcio. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: BARROS, José Márcio (org). **Diversidade Cultural – Da Proteção à Promoção**. Belo Horizonte: Edito Autêntica, 2008. Disponível em: <<http://observatoriodadiversidade.org.br/site/pesquisa/leituras/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.
- BIENAL DO LIVRO. **11º Bienal do Livro da Bahia inicia atividades com grande público**. Disponível em: <<http://www.bienaldolivrobahia.com.br/canal/?releases/10154/11%AA+bienal+do+livro+da+bahia+inicia+atividades+com+grande+publico/>>. Acesso em 19 mai. 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura - MinC. O Ministério. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>>. Acesso em: 03 de fev. 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Edital incubadoras do Brasil**: resultado definitivo. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/edital-incubadoras-do-brasil-criativo-resultado-definitivo/10883>. Acesso em: 28 mai. 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Prêmio Culturas Populares 2018**. Disponível em: <<http://culturaspopulares.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

CALABRE, Lia. **Desafios à construção de políticas culturais**: balanço da gestão Gilberto Gil. In: Revista Proa, n. 1, ano 1, 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2409/1822>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

CANCLINI, Nestor García. **Definiciones en transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CANDIDO, Ilton. Entrevista concedida à Marcio Lima. Salvador, 06 abr. 2018.

CAPINAN, José Carlos. **Biografia**. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2016. Disponível em: <<http://http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2825/capinan>>. Acesso em: 26 de mai. 2018. Verbete da Enciclopédia.

CARVALHO, Nana. Entrevista concedida à Marcio Lima. Salvador, 12 abr. 2018.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 1997.

FÉLIX, Paula; FERNANDES, Tatiane. **Política Cultural**. In: Mais definições em trânsito. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/POLITICACULTURAL.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

FREIRE, Alberto. Fomento à cultura. In: **Coleção Política e Gestão Culturais**. Salvador, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013.

FONSECA, Ana Lúcia Reis. Entrevista concedida a Marcio Lima. Salvador, 05 jun. 2018.

FONSECA, Ana Lúcia Reis. **O acervo de literatura de popular da Fundação Cultural do Estado da Bahia**: histórico e modernização informacional. In: ENCONTRO SOBRE PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DOS ACERVOS DE LITERATURA DE CORDEL, 2008, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Memória da Cultura**; 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Mapa da Palavra**. Salvador: Secretaria da Cultura; Fundação Cultural do Estado da Bahia. No prelo.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório da Gestão 2011-2014**. Disponível em: <<http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9293>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Ler/ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950)**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte.

GUIMARÃES, Fabiana; SILVA, Raiany. Estudos sobre financiamento e fomento à cultura nos estados e Distrito Federal. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas;

VASCONCELOS, Fernanda Pimenta (ogs). **Financiamento e Fomento à Cultura no Brasil: estados e Distrito Federal**. Salvador, Edufba, 2017.

IUMATTI, Paulo Teixeira. 5 RESPOSTAS sobre o cordel. Entrevistadora: Luciana Fleury. On-line, 2011. (20h00min). Disponível em:

<<http://educarparacrescer.abril.com.br/leitura/5-respostas-cordel-635761.shtml>>.

Acesso em: 19 de mar. 2017.

JAHN, Livia Petry. **A Literatura de Cordel no século XXI: Novas e velhas linguagens na obra de Klévisson Viana**. 2011, 109 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32886/000787302.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

JORNAL A TARDE. **Cordelistas tentam reaver espaço na praça Cairu**. Entrevista concedida à: Franco Adailton e Yuri Silva, 2014. Disponível em:

<<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1567282-cordelistas-tentam-reaver-espaco-na-praca-cairu>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

LIMA, Ana Clécia Mesquita. **Avaliação do Programa Cultura Viva – Uma análise da construção dos dois marco lógico aplicado ao programa**. Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 17 a 20 de maio de 2016, Rio de Janeiro / Orgs: CALABRE, Lia; et al. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. Disponível em:

<<http://www.culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

MAGALHÃES, Sandro. Entrevista concedida a Marcio Lima. Salvador, 29 mai. 2018.

MATTOS, Edilene. **O imaginário na literatura de cordel**. Salvador: UFBA, Macunaíma, 1986.

MEIRELLES, Márcio. Irrigando o Brasil. In: BAHIA, Secretaria de Cultura. **Pontos de Cultura da Bahia**. Salvador, 2011. Disponível em:

<http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/publicacoes/SCC/Pontos_Cultura_Bahia_2011.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

MORAES JÚNIOR, João Vanderlei. Entrevista concedida a Marcio Lima. Salvador, 11 mai. 2018.

MORAES JÚNIOR, João Vanderlei. **Notas sobre a participação de organismos multilaterais na construção de políticas culturais para acesso ao livro e promoção da leitura no Brasil e Colômbia**. In: II Seminário Internacional de Políticas Culturais, ano 2011, Casa de Rui Barbosa. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2011/11/06/artigos-do-ii-seminario-internacional-de-politicas-culturais/>>. Acesso em 18 mai. 2018.

MORAES JÚNIOR, João Vanderlei. **Políticas Culturais para o Livro e Leitura no Brasil: Contexto, Avanços e Desafios**. VI ENECULT, 2010. Disponível em:

<<http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/2894-2/>>. Acesso em 18 mai. 2018.

PAIVA NETO, Carlos Beyrodt. Modelo federal de financiamento e fomento à cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta (ogs).

Financiamento e Fomento à Cultura no Brasil: estados e Distrito Federal. Salvador, Edufba, 2017.

PEDRA, Layno Sampaio. **Democracia e Fomento à Cultura: Uma análise do Fundo de Cultura da Bahia.** 2013, 188 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PARANHOS, Ramon. Entrevista concedida a Marcio Lima. Salvador, 12 dez. 2017.

PINHO, Simone; SÁ, Cristina. Entrevista concedida a Marcio Lima. Salvador, 10 mai. 2018.

ROSA, Juliana Santa. **Cordel: A literatura em versos e seu papel jornalístico.** 2013. Trabalho de Graduação (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Bauru, 2013.

RUBIM. Antonio Albino Canelas. **Panorama das Políticas Culturais no Brasil: Práticas e Análises.** Vol.VI. Coleção Cultura é o quê?. Esperança, 2013. Salvador - BA.

RUBIM. Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais na Bahia Contemporânea.** Salvador, Edufba, 2014.

RUBIM. Antonio Albino Canelas; PAIVA NETO, Carlos Beyrodt. Panorama do financiamento e fomento à cultura: estados e Distrito Federal. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta. **Financiamento e Fomento à Cultura no Brasil: estados e Distrito Federal.** Salvador, Edufba, 2017.

RUBIM. Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições.** In: Revista Galáxia, n 13, ano 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

SANTOS, Marcos Roberto Martins dos. **Políticas Culturais na Bahia Gestões Waldir Pires e Nilo Coelho (1987 – 1991)** [2010?]. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/Gestoes_Waldir_Pires_e_Nilo_Coelho_VER_JULHO_2006_roberto.pdf>. Acesso 03 de fev. 2018.

SENA, Carolina Carvalho. **O cordel como patrimônio: seu papel como fonte de informação.** In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 12., 2016. *Anais...* Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/2894-2/>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SILVA, Daniele Sampaio. **Perspectivas sobre a diversidade cultural no programa cultura viva.** In: Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 17 a 20 de maio de 2016, Rio de Janeiro / Orgs: CALABRE, Lia; et al. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. Disponível em: <<http://www.culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbossa/>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa. **Financiamento Cultural no Brasil Contemporâneo.** IPEA, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7523/1/td_2280.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2018.

SOLER, Federico Ibáñez. **Bibliodiversidad**. In: CERLALC/UNESCO, Bogotá, 2008.

UCHÔA, Sara. **Políticas Culturais na Bahia (1964 – 1987)** [2010?]. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_1964_1987_.pdf>. Acesso em 03 de fev. 2018.

VISCARDI, Taís. Entrevista concedida a Marcio Lima. Salvador, 04 abr. 2018.

APÊNDICE A – Questionário Práticas Culturais para Literatura de Cordel

Quais estratégias você utiliza com o cordel em suas práticas culturais, enquanto artista ou produtor?

43 respostas

1. Aproveito os eventos regionais ou as viagens para difundir e comercializar meus trabalhos.
2. Como instrumento educacional
3. Pergunta vaga
4. Oficinas de criação, mostras, apresentações em escolas, feiras e eventos, dentre outras.
5. Divulgação em redes sociais
6. Eu uso o riso e a ironia em temas polêmicos como a política
7. Utilizo em atividades de arte educação, também para apresentar meu trabalho em feira de impressos ou de literatura. Além de ser um elemento de apoio para o sustento, quando faço trabalho de arte de rua.
8. Participação de bienais, feiras, mesas literárias, apresentações públicas em praças e escolas.
9. ...
10. reafirmar a cultura nordestina
11. Monto espetáculos adaptados da literatura de cordel e/ou promovo a escrita de textos teatrais que tenham essa essência
12. Realizamos oficinas de cordel e repente com alunos e professores.
13. Para divulgarmos os nossos eventos utilizamos as plataformas digitais através do profissional de mídia que fica responsável pelo planejamento e estratégia da programação e veiculação de uma campanha publicitária e ação de divulgação. É ele quem sugere os meios e veículos de comunicação, negocia os custos, programa as inserções, planeja as ações e acompanha as veiculações. Sendo assim, é melhor do que investir apenas na TV. No celular e nas redes sociais a visibilidade é maior e o profissional de mídia planeja ainda o uso da verba disponibilizada pelo anunciante para adquirir o espaço publicitário, tanto em meios offline quanto online. Com isso também é o responsável pelo plano de mídia, ferramenta que traz cálculos e métricas para a mensuração dos resultados.
14. Difusão, produção de livro, atividades educacionais
15. Não entendi a pergunta.
16. Utilizo o cordel para fomentar a perpetuação do mesmo. oferecendo oficinas em escolas públicas e feiras literárias e apresentando o mesmo em eventos ligados a cultura popular em forma de recital
17. Escrita, edição, vendas, oficinas, participação em feiras e em eventos educativos.
18. Cordéis biográficos, marco (sobre cidade), etc.
19. Foco no cotidiano
20. Sou apenas leitor de cordel
21. nao uso
22. Escrever a realidade em versos
23. não utilizo
24. Forma dinâmica
25. não tenho
26. Criação de texto para teatro de rua
27. não se aplica a minha atuação enquanto produtor.
28. Não tenho estratégias definidas

29. Enquanto artista declamo, cito obras, valorizo os personagens e como produtor faço exposições para que os pesquisadores e o público em geral tenha acesso ao melhor da literatura de cordel.
30. minha bíblia
31. Faço um levantamento do repertório trazido pelos ouvintes e aos poucos vou apresentando a literatura de cordel, através de canções, jogos e brincadeiras rimadas.
32. NÃO SE APLICA
33. Correlaciono a literatura popular em verso com a produção de quadrinhos nacionais.
34. Trabalho o LIVRO a LEITURA e a LITERATURA e ainda utilizo o Teatro através de Leituras dramáticas ou peças teatrais cordelizadas. Faço Oficinas de Literatura de Cordel , Xilogravuras e de Estandartes com as Xilos. Apresentações em Escolas Municipais e Estaduais, Feiras e Exposições literárias, situações de práticas sociais, processo de letramento, pesquisa, Intercâmbio, Residência Artística, Contação de histórias e como Mestra da Cultura Popular espalhando "Saberes e Fazeres".
35. Abordar temas do cotidiano, da política do cidadão do sertanejo, das campanhas como, Dengue, Novembro azul, zoofilia, Estrangeirismo, língua portuguesa, etc.
36. Não se aplica
37. BUSCO FAZER BONS CONTATOS NAS DIVERSAS ESFERAS QUE OS LEITORES ESTÃO (ESCOLAS, ESPAÇOS CULTURAIS E ETC)
38. Decassílabos
39. Criação de um Sarau, "Sarau no Quintal" para difusão de cultura e conhecimento. Difusão de literatura de cordel dentro dos contextos hospitalares onde estou envolvida em meu trabalho
40. Estratégias de vendas diretas e casadinhas nas oficinas
41. Às vezes junto com o cordel, vai o recital do autor. Uso o cordel como roteiro cinematográfico também
42. Análise
43. Criação de Cordeltecas em escolas públicas e cordéis sob encomenda .

APÊNDICE B – Questionário Práticas Culturais para Literatura de Cordel

Como você avalia a política de patrocínio a projetos culturais da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia?

37 respostas

1. Regular (2)
2. Bom (2)
3. Seletiva de algumas regiões e muita destinada para alguns setores da cultura, principalmente a música em grandes eventos.
4. Aquém da excelência.
5. Insuficiente para a literatura. Em especial a popular.
6. O investimento é pequeno para tanta produção e tantos artistas
7. Percebo que a secretaria de cultura da bahia vem sempre tentando se reinventar, propor novos recursos para apoiar o artista. Mas na prática, as políticas de incentivo à cultura ainda se limitam a artistas e produções que dominam esta linguagem dos projetos e muitos artistas periféricos seguem periféricos, não conseguem entrar neste círculo dos artistas que tem projetos escritos, organizados e que serão contemplados.
8. Não sei avaliar. Nunca recebi incentivos oficiais. Nas tentativas, esbarrei na burocracia
9. Desastrosa
10. A que mais investe em Editais de culturas populares.
11. A melhor da América Latina, pois criamos a primeira lei orgânica de cultura estadual do país e o maior investimento de 40 milhões de editais de todos os tempos em 2016.
12. Avalio como importante e que avançou no sentido de ser mais democrática e plural. No entanto ainda é insuficiente para colocar a cultura em um papel de protagonismo no campo da política pública para o desenvolvimento do Estado.
13. Ainda muito centralizadas
14. extremamente seletiva. tive inclusive um mega projeto em 2013 vetado por seleção político partidária. o que me desanimou a concorrer em outros. pois até a ouvidoria me pareceu seletiva partidariamente
15. insuficiente
16. Boa. Bem elaborada.
17. Nem sei avaliar
18. Boa
19. elitista - mafioso - tendencionista - partidário - atrasado - nojento - criminoso
20. precário
21. boa
22. Maravilhosa
23. No momento não tem contribuído de forma quantitativa, uma vez que temos pouquíssimos editais acontecendo (abertos ou encerrados)
24. Péssima
25. Muito menos do que nós precisamos, mas muito mais do nós tínhamos. Precisa se avançar muito, mas valorizamos as conquistas alcançadas.
26. Muito bem redigidos
27. Não tenho como avaliar, contudo, como apreciador da cultura popular, acredito que poderíamos ter mais locais para a apresentação de trabalhos culturais de nossa cidade e de fora.
28. NÃO SE APLICA

29. Regular, deveria promover mais ações de patrocínio cultural por meio de renúncia fiscal, contribuindo para estimular o desenvolvimento cultural da Bahia, associar nossa imagem diretamente às ações culturais que considerem mais adequadas dentro da Cultura Popular principalmente a Literatura de Cordel, levando em consideração que esse tipo de patrocínio conta atualmente com um expressivo apoio da opinião pública e muito pouco fomento, recurso e incentivos.
30. Os editais auxiliam mas não existe um específico para O CORDEL
31. Muito restrita.
32. Moro no Recife.
33. caiu muito mas ainda
34. Não tenho conhecimento (2)

APÊNDICE C – Questionário Práticas Culturais para Literatura de Cordel

O cordelista consegue se manter somente com a venda dos folhetos? (Custos de produção, circulação, distribuição).

43 respostas

1. Não (17)
2. Sobreviver
3. Não. Isso hj é muito raro.
4. Não. Como todo artista, o cordelista tem uma segunda profissão.
5. No meu caso, não.
6. São raros os cordelistas que conseguiram se manter somente pela venda de cordéis. A pobreza é sina. Veja a ABLC da qual sou membro. Nem uma sede própria possui.
7. Até agora não, mas é possível
8. Não se aplica
9. Infelizmente poucos cordelistas conseguem sobreviver da profissão.
10. Os que conhecermos sim.
11. no estado da Bahia infelizmente não.
12. Não é o meu caso, por viver da minha aposentadoria (ex-func INSS)
13. Faço quando posso, nunca encarei como profissão
14. Sou apenas leitor de cordel
15. talvez no passado.
16. Pouco provável
17. Sim
18. Com dificuldades
19. não se aplica a minha atuação enquanto produtor.
20. Não. Porém alguns cordelistas conseguem ampliar sua obra para outros canais fazendo da poesia outros produtos de comunicação, como peças publicitárias, convites de casamento, etc.
21. Não se aplica (2)
22. Por meu contato com cordelistas, sempre vi muita dificuldade na manutenção da produção de literatura popular como único meio de subsistência.
23. Não. Somos resistência e precisamos de apoio, o ano inteiro tenho agenda de Feiras e Exposições literárias se sou convidada vou, se não for fico na porta do mesmo jeito, pois tenho a minha profissão como missão.
24. É utópico isso. Num país onde a leitura é pouco consumida e a cultura popular CORDEL, é relegada a linguagem NÃO CULTA, é muito difícil querer viver exclusivamente dela. A tecnologia do (control c e control v) inibe a komora de folhetos e os jovens não tem TANTO compromisso com o cordel.
25. Creio que não

APÊNDICE D – Questionário Práticas Culturais para Literatura de Cordel

Na sua opinião qual é o futuro do Cordel?

42 respostas

1. Pouco promissor por falta de produtores, falta de investimento ou incentivo. A esperança que faz ela manter viva é a iniciativa de muitos professores usarem esse material como recurso didático nas escolas.
2. Se manter como sempre foi... Uma literatura e uma cultura possante porém discreta, seguindo a educar, divertir, protestar e instruir.
3. Glorioso
4. Ganhar o mundo.
5. Se não for mais divulgado, vai desaparecer.
6. Espero que não seja extinto
7. A literatura de cordel é muito promissora, no entanto, se mantém restrita a algumas pessoas, muita gente se assusta pelo fato dos limites da métrica e da tradição da escrita. No entanto, para mim o futuro do cordel vai depender dos professores e mestres e da maneira como eles transmitem os conhecimentos do cordel para as gerações mais novas..... também as políticas públicas deveriam valorizar mais este patrimônio cultural, abrindo mais espaços para a circulação deste bem e das pelepas ao vivo, que é muito importante ao meu ver para o fortalecimento desta cultura.
8. Caso a produção de cordéis não se purifique, com trabalhos de poetas consagrados, incentivando-se uma produção de qualidade, com obediência as regras tradicionais dessa literatura, não será promissor o futuro do cordel. Entretanto, por ser atemporal, tem enfrentado barreiras e obstáculos desde a sua origem, com Leandro Gomes de Barros, e sobrevivido. Particularmente, não abro mãos dessa condição. O cordel mal feito, até mesmo muito divulgado, é um perigo constante para essa genuína literatura. Nas universidades e nas escolas outras não existem professores com esse conhecimento específico, não compõe grades curriculares, dando especial atenção só à chamada literatura canônica, com livros que abarrotam as bibliotecas, porém não se encontra nenhuma bibliografia sobre o cordel, inclusive nas grandes livrarias. Aliás, perguntar por cordéis nesses locais chega a ser hilário.
9. Acredito que seja uma arte em profundo crescimento apesar de ser pouco lido e reconhecido
10. Espero que seja mais valorizado
11. Se manterá por algumas décadas e depois desaparecerá como os lundus, o romance de folhetim e a TV aberta
12. O cordel sempre foi, e sempre será, porta voz insubstituível da humanidade.
13. Plataformas digitais, ampliação de acesso a memória e disciplina na salas de aulas de literatura e artes sobre a história e criação de cordel.
14. Se incorporar cada vez mais com outras linguagens artísticas, como a música e Teatro, e se fazer presente em outras plataformas para além do velho folheto, seja na TV e nas Redes Sociais.
15. A menos que sejam criados mecanismos de valorização e perpetuação, logo não teremos mais cordelistas.
16. se depender de mim e de muitos com o mesmo ideal e garra ser a oitava arte por assim dizer
17. Uma literatura resistente e marginal.
18. É cada vez mais solicitado para educação e conscientização. Eu por ex. utilizo para educar trânsito, água, perigos da eletricidade, dengue, etc.
19. Creio que é algo imortal, que pode transformar vidas

20. Acredito que continuará a ser uma forma de expressão artística e identitária
21. marginalidade - breguice-redução de público - desinteresse
22. Ser mais reconhecido e valorizado como parte integrante da literatura brasileira.
23. Que ele seja permanente.
24. Bem, não produzo cordel, mas acredito que seus atores tem muito a ganhar no futuro, já que as ferramentas de divulgação e difusão, hoje, é bem mais interessante e popular quanto as de antigamente.
25. Pela falta de apoio e incentivo, desaparecer! Devia ter uma ação em instituições educativas
26. não se aplica a minha atuação enquanto produtor.
27. É igual ao futuro da literatura, ele também acaba se a literatura acabar.
28. Cada vez mais universalizasse. Ela pode deixar de ser a tradicional literatura de cordel. Mas a poesia não morre. A expressão humana será sempre trazida através da poesia. Pode mudar de instrumento, sair dos livretos, e entrar nas redes sociais, porém não vai morrer.
29. o espaço
30. Creio que a literatura de cordel continua a ser difundida e apreciada, inclusive por pessoas mais novas, desta forma, acredito que não deve cair em esquecimento.
31. HOJE EXISTE UMA BUSCA MAIOR PARA IMPRESSÃO E TENHO MANTIDO CONTATO COM NOVOS CORDELISTAS
32. O cordel resiste e seu futuro será de resistência. Ele soube se adequar às transformações culturais e materiais e certamente saberá se adaptar às mudanças futuras.
33. O Registro da Literatura de Cordel como Patrimônio Imaterial do Brasil acatado pela Câmara Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN. Com a elaboração de um Inventário Nacional, com a participação de vários pesquisadores e poetas cordelistas de todo o Brasil, como parte principal do processo e temos o desafio de construir políticas públicas que assegurem a transmissão dos "saberes e fazeres" tradicionais e também o acesso aos saberes formais, sem hierarquias, para garantir a mobilidade social e transformar a vida dos cidadãos e das cidadãs do nosso país, garantir nosso direito trabalhista. Maior valorização aos Mestres da Cultura Popular!
34. Continuar produzindo, independente se a circulação será ou não prestigiada. Eu amo fazer, ler, comercializar, ensinar e propagar o cordel, pois a minha obra CANTADA OU FALADA, tem a presença da RIMA, MÉTRICA E A ORAÇÃO, que são os princípios básicos para a construção se um bom cordel.

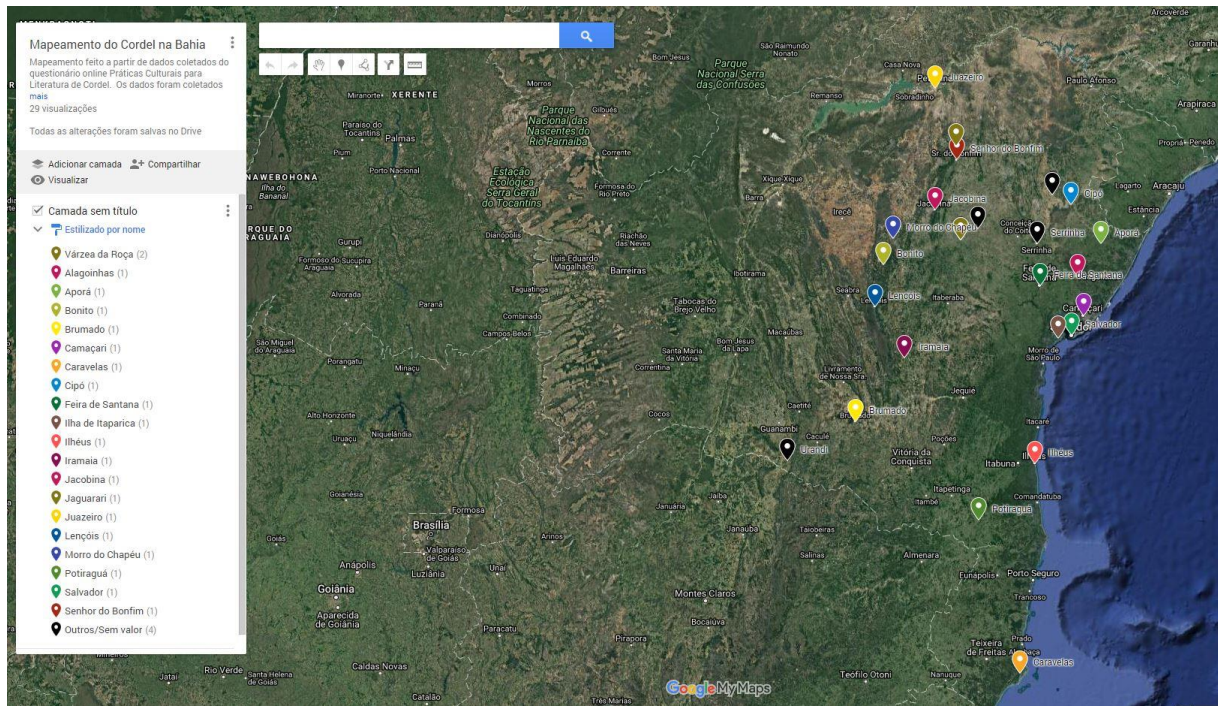
Sou poeta cantador
 Na cidade ou no sertão
 Eu vivo cordelizando
 Beijando a inspiração
 Que me oferece a rima
 A fiel matéria prima
 Que me dá rica emoção

Carlos Silva
 poeta cantador, Mestre de cultura popular
 Cipó - Bahia

35. Cordelizar para para permanência...
36. É MUITO PREOCUPANTE, HAJA VISTA QUE OS TEMPOS HOJE MUDARAM BASTANTE, AS ESCOLAS QUE SERIAM OS MEIOS DE FORTALECIMENTO DESSA CULTURA HOJE NEM TRABALHAM TANTO COM O CORDEL NA SALA DE AULA, E QUANDO O FAZEM OS ALUNOS NÃO VALORIZAM POR ESTAREM ANTENADOS EM OUTROS FOCOS DIGITAIS E TECNOLÓGICOS.

37. Promissor
38. Eu sou o futuro do cordel. Com minha criatividade e com minha arte, sou a esperança de um futuro melhor, sou a esperança que a literatura de cordel seja valorizada e difundida mesmo onde nem se imagina que possa sobreviver. Sou uma flor em meio a pedras, lutando, sobrevivendo, um dia de cada vez. Cada um de nós precisa ter essa certeza, porque assim, conseguiremos ter um futuro onde as crianças saibam apreciar e construir um bom cordel
39. O futuro do cordel é ganhar novas mídias e suportes
40. Renovar-se, mesmo que lentamente . Essa arte não morre
41. Difícil prever. No entanto, creio que a adaptação à novos meios de circulação/ produção é uma constante. As novas gerações saberão se adaptar às mudanças.
42. No nordeste sempre haverá espaço para os cordéis. A criação de cordeltecas dissemina o conhecimento da arte e motiva, fazendo surgir novos poetas e declamadores.

APÊNDICE E – Mapeamento do Cordel na Bahia



Disponível em: <<https://goo.gl/JdJ3bn>>.

LISTA DE MUNICÍPIOS

<p>Alagoinhas Aporá Bonito Brumado Camaçari Caravelas Cipó Feira de Santana Ilha de Itaparica Ilhéus Iramaia Jacobina</p>	<p>Jaguarari Juazeiro Lençóis Morro do Chapéu Potiraguá Salvador São José do Jacuípe Senhor do Bonfim Serrinha Tucano Urandi Várzea da Roça</p>
---	---